OFICIAL DIARIO

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XLI

FLORIANOPOLIS, 2 DE AGOSTO DE 1976

NÚMERO 10.538

ATOS DO PODER EXECUTIVO

O Governador do Estado, no uso de suas atribuições, resolve FAZER CESSAR os efeitos do Decreto P/3529/SEA, datado de 29 de outubro de 1971, publicado no Diário Oficial de 29 de novembro de 1971, que designou ELISABETE SIBILA MANN, matricula no 039.653, ocupante do cargo da classe PF-4 da carreira de Escriturário, do Quadro Geral do Poder Executivo, lotada na Coordenação do Sistema de Pessoal, Secretaria da Administração, para substitutir o cargo da classe PF-8 da carreira de Auxiliar de Administração, durante o impedimento da titular, Val-

Ato Nº 1640 de 27 de julho de 1976

divia Pereira Mafra.

O Governador do Estado, no uso de suas atribuições, resolve DESIGNAR, de acordo com o artigo 83, §§ 4° e 5° da lei n° 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, ELISABETE SIBILA MANN, matricula nº 039.653, ocupante do cargo da classe PF-4 da carreira de Escriturário, do Quadro Geral do Poder Executivo, lotada na Coordenação do Sistema de da Pessoal, Secretaria ministração, para exercer, em substituição, o cargo da classe ... PF-12 da carreira de Oficial de Administração, durante o impedimento da titular, Heliete Werner da Rocha, que se encontra exercendo cargo em comissão.

Ato Nº 1644 de 28 de julho de 1976

O Governador do Estado, no uso de suas atribuições e, tendo

Ato Nº 1639 de 27 de julho de 1976 Ato Nº 1646 de 28 de julho de 1976

O Governador do Estado, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o que consta do processo no SEA - 009.478/76, resolve RELOTAR, na Secretaria de Segurança e Informações, os cargos do Quadro Geral do Poder Executivo, lotados na Secretaria da Administração, com os respectivos ocupantes abaixo relacionados, nos termos do artigo 158, item II, da Lei nº 5.089, de 30 de abril de 1975:

Matricula — Nome — Cargo — Padrão

032.402 — EVALDÍVIA DE MEL-LO OLIVEIRA — Escriturário — PF-3.

102.574 — MARIA ANGELINA SOUZA DE NEGREIRO - Aux. de Administração — PF-8.

Ato Nº 1647 de 28 de julho de 1976

O Governador do Estado, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o que consta do processo no SEA - 010.362/76, resolve FAZER CESSAR os efeitos do Decreto P/0085/CC, de 12 de janeiro de 1976, publicado no Diário Oficial de 23 de janeiro de 1976, que colocou à disposição da Secretaria Extraordinária Para Assuntos de Imprensa, RAUL CALDAS FILHO, matricula no ... 044.970, ocupante do cargo da classe PF-19 da carreira de Consultor Jurídico, do Quadro Geral do Poder Executivo, lotado na Casa Civil, com efeitos a partir de 01 de julho de 1976.

Ato Nº 1795 de 30 de julho de 1976

O Governador do Estado, usanem vista o que consta do proces- do da competência privativa que so no SEA - 010.313/76, resolve the confere o artigo 93, item VII, NOMEAR, de acordo com o artigo da Constituição do Estado e, ten-18, item III, da Lei nº 4.425, de do em vista o que consta do ofí-16 de fevereiro de 1970, SEBAS- cio nº 021/76-JD, de 21 de julho de TIAO MANOEL NUNES, matri- 1976, da Presidência do Egrégio cula nº 014.041, para exercer, Tribunal de Justiça do Estado, em comissão, o cargo de Chefe do resolve PROMOVER POR ANTI-Serviço de Enfermaria, padrão GUIDADE, de acordo com o artigo CC-4, do Manicômio Judiciá- 199, parágrafo único, do Código rio, Secretaria do Interior e Jus- de Divisão e Organização Judiciátiça, criado pela Lei nº 5.111, de rias do Estado (Resolução nº 26 de junho de 1975, anexo V. 1/75, de 22 de dezembro de 1975),

o Doutor HAMILTON PLINIO ALVES, Juiz Substituto da 16ª Circunscrição Judiciária, com Sede decorrente da remoção do Doutor na Comarca de Tubarão, ao cargo Osvaldo Rogério de Oliveira.

de Juiz de Direito da Comarca de Pinhalzinho, de 1ª entrância, vaga

SECRETARIAS DE ESTADO ADMINISTRAÇÃO

Alteração de Contrato de Locação de Serviços — lei n. 2172/59

Processo: No 100034-76 Contratante: Governo do Es-

Contratada: Evoni Beuter do

Prado Função: Aux. de Serviços Mé-

dicos Repartição: Posto de Saúde de São Lourenço D'Oeste

Clausula Alterada: I — Alterada na parte referente à função Vigência: 01.07.1976

Valor: Cr\$ 820,00 mensais Representante do Estado no Ato: Sebastião da Silva Porto Secretaria da Administração, em 28 de julho de 1976.

Alteração de Contrato de Locação de Serviços — lei n. 2172/59 Processo: No 10812-76 Contratante: Governo do Esta-

Marcos Antônio Contratado: Machado Farias

Função: Médico

Repartição: Centro de Saúde de Curitibanos

Data dos Efeitos da Rescisão: 01.07.1976

Representante do Estado no Ato: Sebastião da Silva Porto Secretaria da Administração, em 27 de julho de 1976.

Alteração de contrato de locação de serviços — lei nº 2172/59

Processo No 004972/76. Contratante — Governo do Estado.

Contratada — Arli Marçal. Função — Aux. de Laboratório. Repartição — Laboratório Central da Capital.

Vigência — 10-05-1976. Cláusula Alterada — I — Alterado este contrato na parte referente ao local de trabalho.

Portaria Nº 006/76, de 05-02-1976. Representante do Estado no ato - Sebastião da Silva Porto. Secretaria da Administração, em 14 de julho de 1976.

EDUCAÇÃO

Portaria P-Nº 3386 — SEE de 23 da na Escola Básica Pedro Simon, de julho de 1976

O Secretário, no uso das atribuições delegadas pelo artigo 2º, do Decreto N/SEA - 08-02-73/nº 27, resolve DESIGNAR, de acordo com o artigo 83, § 4°, da lei nº 4.425, de 16-02-70, ANTONIA PEREIRA AR-CENO (matricula nº 56.343), ocupante do cargo de Professor de Ciclo Básico I, padrão PF-7, lota-

03.11.026, município de Turvo, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de Secretário, padrão CC-10, da Escola Básica Pedro Simon, 03.11.026, município de Turvo, no período de 27 de março a 27 de maio de 1976, face o impedimento da titular JANILDE PE-REIRA CONTI, que se encontrava em gozo de licença para tratamento de saúde.

FAZENDA

SECRETARIA DA FAZENDA

Coordenação de Administração Financeira Contabilidade e Auditoria

EDITAL Nº 03/26

Pelo presente edital, a Coordenação de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria do Secretaria da Fazenda, per seu Coordenador, torna público que no dia dezesseis (16) de agosto corrente, às nove (9,00) horas, na sua Sede, sita à Rua Tenente Silveira, nº 1 - Edifício das Secretarias, 5º andar - Divisão do Patrimônio, nesta Capital, sará procedido o sorteio entre as Sociedades Segurado ras, inscritas para a contratação de seguros dos bens, direitos, créditos e ser viços dos Orgãos Centralizados e Descentralizados do Estado, das Sociedades de Economia Mista e das Entidades controladas direta ou indiretamente polo Poder Público, conforme estabelece o Decreto nº 1.114, de 28 de julho de 1976.

Os bens a segurar, referen-se às seguintes entidades:

Campo I - Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC).

Campo II- Departamento de Estradas de Rodegea (DER), Departamento Autônomo de Saúde Pública (DASP), Empresa Catarinenso de Pesquisa Agropecuária (EMPASC), Empresa Catarinense de Extensão e Assistência Técnica Rural (EMCATER), Imprensa Official do Estado de Santa Catarina (IDESC), Companhia de Desenvolvimento de Santa Catarina (CODESC), Companhia de Processamento do Dados do Estado de Santa Catarina (PRODASC), Companhia Catarinense de Conservação e Industrialização de Produtos Agrícolas (CIPASC), Companhia Catarinense de Comárcio e Armazenamento (...

DECAR), Companhia Distrito Industrial Sul Catarinense (CODISC).

Campo III - Administração Direta ou Indireta, excluídas as Entidades exencionadas expressamente nos outros campos.

Campo IV - Benco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BROE), Banco do Estado de Santa Catarina - (BESC), BESC - Financeira, BESC - Turismo, Caixa Econômica Estadual de Santa Catarina (CEE), Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC), Eletrificação Rurel de Santa Catarina (ERUSC), Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC), Fundações.

Florianopolia, 29 de julho de 1976.

Alfredo Ausai

DIPETOR DA DIVISÃO DO PATRIMÔNIO 311

DEPARTAMENTO CENTRAL DE COMPRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 76-683

AVISO

O DEPARTAMENTO CENTRAL DE COMPRAS torna público, para conhe cimento dos interessados, que receberá propostas de firmas habilitadas preliminarmente, nos termos da Lei nº 5.089 de 30.04.75, até as 15 hopreliminarmente, nos termos da Lei nº 5.089 de 30.04.75, até as 15 hopres do dia 12 de agosto de 1976 para o fornecimento de "APARELEOS TECNICOS DE MEDIÇÃO".

O Edital encontra-se afixado na sede do Departamento Central de Compras, à Avenida Mauro Ramos nº 212, em Floriamópolis, Esta do de Santa Catarina, onde serão prestados os esolarecimentos necessá rios e fornecidas cópias de Edital.

Florianopolis(SC), em 26 de Julho Julho 1976.

Diretor Geral, 31

DEPARTAMENTO CENTRAL DE COMPRAS

TOMADA DE PREÇOS Nº 76-682

AVISO

O DEPARTAMENTO CENTRAL DE COMPRAS torna público, para conhe cimento dos interessados que receberá propostas de firmas habilitadas preliminarmente, nos termos da Lei nº 5.089 de 30.04.75, até as 15 horas do dia12 de agosto de 1976 para o fornecimento de "EQUI".

MENTOS E IMPLEMENTOS ACRICOLAS".

O Edital encontra-se afixado na sede do Departamento Central de Compras, à Avenida Mauro Ramos nº 212, em Floriamópolis, Esta do de Santa Catarina, onde serão prestados os esclarecimentos necessá rios e fornecidas cópias de Edital.

Florianópolis(SC), em 26 de julho

de 1976.

con

CARLOS GOES BESSA

Diretor Geral.

TRANSPORTES E OBRAS

STO/FEAR NO 038/76

convênio que entre si fazem a Se retaria dos Transportes e Obras e a Prefeitura Municipal de São Bonifácio.

I - PREAMBULO PARTES, FUNDAMENTO LEGAL, LOCAL E DATA:

PARTES: A Secretaria dos Transportes e Obras, neste convênio simplesmente nomeada como SECRETARIA, representada por seu titular Comandante Nicolau Fernando Malburg, e a Prefeitura Municipal de São Bonifácio, neste instrumento denominada como PREFEITURA, representada pelo seu Prefeito, Ewaldo Gustavo Kuhl e, como interveniente, o Fundo Estadual de Assistência Rodoviária, doravante designado pela sigla FEAR, representado pelo seu Administrador, Engenheiro Ricardo P. Saporiti.

2) <u>FUNDAMENTO LEGAL</u>: Este convênio resulta da Lei Estadual nº 4.981, de 7 de dezembro de 1973, modificada pelo art. 193 da Lei nº 5.089, de 30 de abril de 1975, relativas ao Fundo Estadual de As sistência Rodoviária, e lei municipal nº 145, de 10 de junho de 1975.

3) LOCAL E DATA: Lavrado e assinado aos 22 dias do mês de maio do ano de 1976, na sede da Secretaria dos Transportes e Obras, sita no 89 andar do Edificio das Diretorias, em Florianópolis, Santa Catarina.

II - OBJETO: O presente convênio tem por objeto a execução, pe la PREFEITURA, dos serviços de melhoramentos e revestimento da estra da municipal Rio do Ponche, numa extensão de 7.000m (sete mil) metros, conforme cronograma físico-financeiro a seguir transcrito:

| Etapa | Trecho | Extensão | Prazo dias | Parcela Cr\$ |
|-------|---|----------|---------------|-----------------|
| la. | Na conclusão dos serviços de alarga- mento da estrada municipal Rio do Ponche | 7.000m | 90 | .75.000,00 |
| 2a. | Na conclusão dos serviços de revestimento da estrada municipal Rio do Ponche | 7.000m | 90 | 75.000,00 |
| | Total | 7.000m | 180 | 150.000,00 |

III - OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA: A SECRETARIA compromete-se a:

a) Participar, para a realização dos serviços compreendidos na cláusula segunda, com a importância de Cr\$ 150.000,00 (cento e cin quenta mil cruzeiros), a ser liberada em parcelas de acordo com o cum primento das etapas constantes do cronograma físico-financeiro trans crito na cláusula segunda.

b) Exercer a fiscalização dos serviços através do Departamen to de Estradas de Rodagem ou outro Órgão ou por Engenheiro designado. a conba

litadas

15 ho.

ECAL:N

s, Esta

a Se

bras

esen

adual

bras,

Santa

estra

etros,

cela r\$

didos

trang

2-00-1010

IV - OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA: A PREFEITURA compromete-se a:

a) Executar, sob sua exclusiva responsabilidade, os serviços de que trata a clausula segunda e, no caso de adjudicação parcial ou total dos serviços a terceiros, esta deverá obedecer, no que concerne a licitações, às normas estabelecidas nos artigos 125 a 144 do Decre to Lei Federal no 200, de 25 de fevereiro de 1967 e Decreto Federal no 73.140, de 9 de novembro de 1973.

b) Solicitar à SECRETARIA a liberação dos recursos, através do FEAR, correspondentes às etapas concluidas, a título de pagamento, de acordo com o cronograma físico-financeiro.

c) Proceder à contabilização regular dos recursos recebidos, de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e disposições complementares.

d) Prestar contas das importâncias recebidas ao Tribunal de Contas do Estado, com obediência às formalidades preconizadas na Resolução TC. 13.05.70/45 com a nova redação dada ao art. 29 pela Resolução TC. 10.02.74/03 e disposições complementares.

e) Exonerar a SECRETARIA de qualquer responsabilidade concer nente à Previdência Social e legislação trabalhista.

f) Apresentar, após o primeiro recebimento, o slip ou documento que o substitua, que comprove o ingresso, como Receita Orçamentária da PREFEITURA das parcelas recebidas do FEAR.

V - VALOR E DOTAÇÃO: O valor do presente convênio é de Cr\$
150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), correndo a despesa à
conta dos recursos a que se refere o Decreto nº 93, de 24 de fevereiro de 1976, item 5702, 5 - Fundo Estadual de Assistência Rodoviária;
5.1 - Construção, Conservação e Melhoramentos de Estradas. A despesa
que exceder desse valor será atendida às expensas dos recursos pró
prios da PREFEITURA.

VI - RESCISÃO: A SECRETARIA e a PREFEITURA poderão, a qualquer tempo, denunciar o presente convênio se não for cumprida qualquer de suas cláusulas, ou por mútuo acordo. Considerar-se-á, outrossim, rescindido o presente convênio, no caso de superveniência de lei que o torne material ou formalmente impraticável.

VII - PRAZO: O prazo de vigência deste convênio é de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados do dia seguinte ao da assinatura, podendo ser prorrogado por uma só vez, mediante averbação caso caso ocorra motivo de força maior devidamente comprovado.

VIII - FORO: Para dirimir questões decorrentes da execução deste convênio fica eleito o foro da Comarca de Florianopolis, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

IX - EXAME E ANOTAÇÃO: Este convênio fica sujeito a exame e anotação no Tribunal de Contas do Estado.

X - PLACA: A PREFEITURA obriga-se a apor em local destacado e visível a placa indicativa do empreendimento no modelo aprovado pela SECRETARIA.

E, por assim estarem acordes, assinam o presente convênio os representantes das partes convenentes, juntamente com as duas testemu nhas abaixo.

Florianopolis, 22 de maio de 1976.

Cmt. Nicolau Fernando Malburg

Ewales Gustavo Kuhl REFEITO

Engo Ricardo P. Saporiti
ADMINISTRADOR DO FEAR

Biller .

TESTEMONE 7254-1

AUTARQUIAS ESTADUAIS

DEPARTAMENTO AUTÓNOMO DE SAÚDE PÚBLICA — DASP

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS - C.L.T. - RESUMO

PROCESSO Nº: 366/76

CONTRATANTE: GOVE NO DO ESTADO

CONTRATADO: LOURDES DUARTE DE SOUZA

FUNÇÃO: AUX. ADMINISTR ÇÃO

REPARTIÇÃO: DEPART MENTO SUTONOMO DE SAUDE PUBLICA

LOCAL DE TRABALHO: DSP - DIVISÃO TÉCHICA

VIGÊNCIA: 28/06/76

VALOR MENSAL 6 761,00

VERBA: 1112

REPRESENTANTE NO ATO: DR. SEBASTITO IVONE VIETRA

OBSERVAÇÃO: O presente contrato, foi autorizado pelo Excelentissimo Senhor Governador do Estado em 22./.06./.76..

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS - C.L.T. - RESUMO

PROCESSO Nº: 365/76

CONTRATANTE: GOVERNO DO ESTADO

CONTRATADO: LOIDE ORLANDINA FELICIANO

FUNÇÃO: SERVETE

REPARTIÇÃO: DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE SAÚDE PÚBLICA

LOCAL DE TRABALHO: PS. GAROPABA

VIGENCIA: 19-07-76

VALOR MENSAL & 820,00

VERBA: 1112

REPRESENTANTE NO ATO: DR. SERASTITO IVONE VIETRA

OBSERVAÇÃO: O presente contrato, foi autorizado pelo Excelentissimo Senhor Governador do Estado em .11./..05/.76..

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS - C.L.T. - RESUMO

PROCESSO Nº: 364/76

CONTRATANTE: GOVERNO DO ESTADO

CONTRATADO: DULCE AGUSTINI

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS MÉDICOS

REPARTIÇÃO: DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE SAÚDE PÚBLICA

LOCAL DE TRABALHO: CS. BLUMENAU

VIGENCIA: 01-07-76

VALOR MENSAL 6\$ 820,00

VERBA:

1112

REPRESENTANTE NO -ATO: DR. SEBASTIÃO IVONE VIEIRA

OBSERVAÇÃO: O presente contrato, foi autorizado pelo Excelentissímo Senhor Governador do Estado em .22./.06./.76..

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS - C.L.T. - RESUMO

PROCESSO Nº: 362/76

CONTRATANTE: GOVERNO DO ESTADO

CONTRATADO: MARTIDA FLORIANI

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS MÉDICOS

REPARTIÇÃO: DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE SAÚDE PÚBLICA

LOCAL DE TRABALHO: CS. BLUMENAU

VIGÊNCIA: 22-06-76

VALOR MENSAL 6\$ 712,80

VERBA: 1112

REPRESENTANTE NO ATO: DR. SEBASTIÃO IVONE VIETRA

OBSERVAÇÃO: O presente contrata, foi autorizado pelo Excelentissimo Senhor Governador do Estado em .22./.06./..76.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS - C.L.T. - RESUMO

PROCESSO Nº: 363/76

CONTRATANTE: GOVERNO DO ESTADO

CONTRATADO: IRACEMA BALFENBACH MACHADO

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS MÉDICOS

REPARTIÇÃO: DEPARTAMENTO AUTÓNOMO DE SAÚDE PÚBLICA

LOCAL DE TRABALHO: CS. BLUMENAU

VIGÊNCIA: 22-06-76

VALOR MENSAL 6 712,80

VERBA: 1112

REPRESENTANTE NO ATO: DR. SEBASTIKO IVONE VIETRA

OBSERVAÇÃO: O presente contrato, foi autorizado pelo Excelentissimo Senhor Governador do Estado em .. 22/.. 06/.76..

PROCESSO Nº: 361/76

CONTRATANTE; COVERNO DO ESTADO

CONTRATADO: ÉRICA FOGAÇA BUENO

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS MÉDICOS

REPARTIÇÃO: DEPARTAMENTO AUTÓNOMO DE SAÚDE PÚBLICA

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS - C.L.T. - RESUMO

LOCAL DE TRABALHO: C.S. CANOINHAS

VIGENCIA: 01-07-76

VALOR MENSAL 6\$ 820,00

VERBA: 1112

REPRESENTANTE NO ATO: DR. SEBASTIÃO IVONE VIEIRA

OBSERVAÇÃO: O presente contrato, foi autorizado pelo Excelentissimo Senhor Governador do Estado em/.05./.76..

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS - C.L.T. - RESUMO

PROCESSO Nº: 360/76

CONTRATANTE: GOVERNO DO ESTADO

CONTRATADO: MARLENE MOURA CORREA

FUNÇÃO: SERVENTE

REPARTIÇÃO: DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE SAÚDE PÚBLICA

LOCAL DE TRABALHO: IIº CARS - JOINVILLE

VIGÊNCIA: 28-06-76

VALOR MENSAL G\$ 712,80

VERBA: 1112

REPRESENTANTE NO ATO: DR. SEBASTIÃO IVONE VIEIRA

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS - C.L.T. - RESUMO

PROCESSO Nº: 359/76

CONTRATANTE; GOVERNO DO ESTADO

CONTRATADO: DARLENE LUCI WAGNER

FUNÇÃO: ESCRITURÁRIA

REPARTIÇÃO: DEPARTAMENTO AUTÓNOMO DE SAÚDE PÚBLICA

LOCAL DE TRABALHO: P.S. MAFRA

VIGÊNCIA: 23-06-76

VALOR MENSAL, 6 712,80

VERBA: 1112

REPRESENTANTE NO ATO: DR. SEBASTIÃO IVONE VIEIRA

OBSERVAÇÃO: O presente contrato, foi autorizado pelo Excelentissimo

Senhor Governador do Estado em .11./.05./..76.

COMMATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS . C.L.T. - RESUMO

PROCESSO Nº: 358/76

CONTRATANTE: GOVERNO DO ESTADO

CONTRATADO: DAIBI TERESINHA HALLA

AULITAR DE SERVICOS FUNÇÃO:

REPARTIÇÃO: DEPARTADORITO AUTÓROMO DE SAUDE PUBLICA

LOCAL DE TRABALHO: C.S. CURITIRATOS

VIGENCIA:

VALOR MENSAL & TESO

VERBA:

entissim

REPRESENTANTE NO ATO: DE SEPARTITO IVORE VIRIRA

OBSERVAÇÃO: O presente contreto, foi sutorizado pelo Excelentissimo Senhor Governador do Estado em 22../.06./.76.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS - C.L.T. - RESUMO

PROCESSO Nº: 357/76

CONTRATANTE: GOVERNO DO ESTADO

CONTRATADO: JOSEF ROCZHIAK

FUNÇÃO: EMPERIOETRO .

REPARTIÇÃO: DEPARTAMENTO AUTÓNOMO DE SAÚDE PÚBLICA

LOCAL DE TRABALHO: IIº CARS - JOINVILLE

VIGENCIA: 22-06-76

VALOR MENSAL 6 4.340,00

1112

VERBA:

REPRESENTANTE NO ATO: DR. SEBASTIÃO IVONE VIBIRA

OBSERVAÇÃO: O presente contrato, foi autorizado pelo Excelentissimo

Senhor Governador do Estado em .??./..96/..76.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER/SC

P.J. 043/76

TERMO DE CONTRATO DE EMPREITADA ENTRE O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODACIM DE SANTA CATARINA - DER/SC., E A FIR MA CAMPOLINO TEIXEIRA, PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CALÇAMENTO A PARALELEPI PEDOS DE GRANITO NA RODOVIA DE LICAÇÃO ITAPEMA (MEIA PRAIA) - PEREQUE, NUMA EXTENSÃO APROXIMADA DE 3.000 (TRES MIL) METROS, na forma abaixo:

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODACOM DE SANTA CATARINA, neste ato denominado DER/SC., representado por seu Diretor Geral, Engenheiro Civil ANTONIO CARLOS WERNER e a fir ma CAMPOLINO TEIXEIRA, com sede à Rua Adolfo Cabral, nº 600 em Pi çarras - Estado de Santa Catarina, devidamente registrada no DURSC sob o nº 017/76 (protocolo nº 003459, de 30-03-76), representada :neste ato pelo seu Diretor, Senhor CAMPOLINO TEIXEIRA, daqui por diante denominada CONTRATADA, ajustam a execução das obras de cal camento a paralelepipedos de granito na Rodovia de ligação Itanema-(Meia Praia) - Pereque, objeto da Tomada de Prêços - Edital no ... 57/76, processo nº 005906, de 18-05-76, obrigando-se a respeitar e cumprir as condições das clausulas seguintes:

CLĀUSULA PRIMEIRA OBJETO

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material e a executar os serviços de pavimentação a paralelepipedos de granito na Rodovia de ligação de Itapena (Meia Praia) - Pere que, numa area aproximada de 21.000 m2 e o assentamento e fornecimento de mejos-fios, numa extensão de 6.000 metros lineares com obediência às normas técnicas, determinações e ordens de serviço do DER/SC., com prêços ofertados e constantes da proposta que fica fa zendo parte integrante deste Contrato.

CLAUSULA SEGUNDA FUNDAMENTO DO CONTRATO

Este Contrato decorre da autorização do Conselho Executivo do DBR/SC., constante da Ata no 1.917/76, que homologou o resultado da Tomada de Prêços - Edital nº 57/76, tudo conforme consta dó processo protocolado no DER/SC., sob o no 005906, de 18-05-76 e que fica fazendo parte integrante deste Con trato.

CLAUSULA TERCEIRA PRECOS E PAGAMENTOS

A execução dos serviços com formaciman to do material, será pago de acôrdo com os prêços unitários coms tantes da proposta apresentada pela CONTRATADA, incluidas as despe sas com areia, fretes, leis sociale, impostos e taxas, etc., de con formidade com o que segue:

1. PRECOS:

Para execução dos serviços com fornate e hum mil metros quadrados) de pavimentação a paralelepípedos de primeira qualidade ao prêço de Cr? 76,40 (setenta e seis cruzei gos e quarenta centavos) o metro quadrado, num total de Cr\$ gr\$ 1.604.400,00 (hum milhão, seiscentos e quatro mil e quatrocentos eruzeiros).

Para a execução dos serviços com for mecimento de material de meios-fios de granito de primeira qualida de, com 6.000 ml (seis mil metros lineares) e altura minima de 0,30 matros ao preço de Cr\$ 21,98 (vinte e hum cruzeiros e noventa e oi to centavos) o metro linear, num total de Cri 131.880,00 (cento e trinta e hum mil, oitocentos e oitenta cruzeiros).

2. PAGAMENTO:

O pagamento dos serviços executados será feito após determinação do valor

- procedido conforme as condições seguintes: a) Medições provisórias, cumulativas e medição final dos serviços procedidos de acôrdo com as instruções para os serviços de medi ção de obras rodoviárias a cargo do DNER.;
- b) Avaliações periódicas dos serviços executados, não sendo permi tido mais de duas avaliações antes de ser procedida uma medição.
- c) Entre duas medições ou avaliações não poderão decorrer menos de 30 (trinta) dias.

De cada valor determinado em avaliação ou medição, será feito o pagamento mediante fatura, em moeda corren te, não podendo, entretanto, as parcelas correspondentes serem in feriores a Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

CLAUSULA QUARTA VALOR E DOTAÇÃO

1. VALOR:

O valor dos serviços com fornecimento do material atribuído à este Contrato é de Cr\$ 1.736.280,00 (hum milhão, setecentos e trinta e seis duzentos e oitenta cruzeiros).

2. DOTAÇÃO:

A despesa deste Contrato correrà à con ta da verba 4.1.1.0 : Obras Públicas; 3104 - Execução de Obras Públicas - 6 - Pavimentação.de Estradas.

CLAUSULA QUINTA MULTAS

A CONTRATADA fica sujeita à multa de;

- a) Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) por dia que exceder ao prazo proposto para entrega dos serviços;
- b) Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) se dificultar ou informar inexatamente à Fiscalização sôbre os serviços contratados.

CLAUSULA SEXTA RESCISÃO

1. POR ACORDO:

necidos.

Este Contrato poderá ser rescindido por mútuo acôrdo, atendida a conveniên cia dos serviços, recebendo a CONTRATADA o valor dos materiais for

2. POR INICIATIVA DO DERSC:

Cabera rescisão deste Contrato por ini ciativa do DER/SC., independentemente

- de interpelação judicial, quando a CONTRATADA: a) Não cumprir quaisquer das obrigações estipuladas neste instrumen
- t¢; b) Não recolher qualquer multa dentro do prazo previsto;
- c) Transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços tantes do presente Contrato, sem prévia autorização do Diretor Geral do DER/SC.

CLAUSULA SETIMA CAUÇÃO

1. INICIAL: Para garantia da execução do Contrato zeires), depositada na lesouraria do DER/SC., por ocasião da Tomada de Preços, na forma do artigo 23 e seus parágrafos, do Decreto N.GE 15-12-69/8.755.

trato

2.2.

2.3.

praz ria

que:

2. REPORCOS: A Caução inicial será reforçada duran te a execução dos serviços contratados de forma a totalizar sempre 3% (tres por cento) do valor dos servi ços executados.

3. LEVANTAMENTO: A caução inicial e os reforços serão levantados depois de cumprido este Con tratoe e após 60 (sessenta) dias da aprovação pelos orgãos contra tantes do Têrmo de Recebimento Definitivo.

Em caso de rescisão, só caberá devolver a caução, quando o Contrato for rescindido por acôrdo ou por falên cia da CONTRATADA.

CLAUSULA OITAVA REAJUSTAMENTO

preços unitários propostos

Conforme consta do Edital no 57/76, os não serão reajustados.

CLAUSULA NONA FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização dos serviços será efetuda por Engenheiro ou Comissão préviamente designada pela Direção Ge ral do DER/SC.

CLAUSULA DÉCIMA PRAZOS

1. DE INÍCIO:

A execução dos serviços com fornecimen to do material será iniciado dentro de 10 (dež) dias a partir da data da primeira Ordem de serviço expedida pelo Orgão Competente do DER/SC

2. DE CONCLUSÃO

O prazo de conclusão será de 180 (cen to e oitenta) dias consecutivos, conta dos do seu início, admitido para tal fim o último dia de prazo para esse fim estabelecido no Item arterior.

Os prazos, a juizo exclusivo do Diretor Geral do DER/SC., poderão ser prorrogados por iniciativa deste, ou a requerimento da CONTRATADA, devidamente justificado.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA TRANSFERENCIA

O presente Contrato não poderá ser transferido a terceiros sem ordem expressa e por escrito do Diretor Geral do.DER/SC.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA

Para as questões decorrentes deste Con trato, fica eleito o Fôro da Comarca de Florianopolis, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiada que seja.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA VALIDADE

O presente contrato somente surtirá os seus jurídicos e legais efeitos, após a sua aprovação pelo Conselho Rodoviario do Estado, na conformidade com o artigo 19 da Lei no ... ≈ 4.625, de 08-10-1971.

E, por assim estarem acordes, assinam presence contrato, os representantes das partes contratantes, jun tamente com as duas testemunhas abaixo.

DER/SC., em Florianopolis, 31 de Maio de 1976.

Ass. ANTONIO CARLOS WERNER

Tescemunha: Falux 800 VISCO ALVE

Ass. CAMPOLINO TEIXEIRA

AMAGERCIO PANOS Testemunha:

Testemunha:

SATTICE

8258/3

P.G.047/76

TERMO DE CONTRATO DE EMPREITADA ENTRE O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA - DER/SC., E A FIR MA "CONSULBRA - CONSTRUTORA SUL BRASI LEIRA DE ESTRADAS S/A." PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, OBRAS DE ARTE CORRENTES E DRENAGEM, E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, NA RODOVIA SC-475, TRE CHO LAGES - PAINEL, NUMA EXTENSÃO. DE 26,5 KM, na forma abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA PREAMBULO

1. CONTRATANTES:

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA - DER/SC., adiante por esta sigla denominado e a "CONSTRUTORA SUL BRASILEIRA DE ESTRA DAS S/A - CONSULBRA", a seguir denominada EMPREITEIRA.

2. LOCAL E DATA:

Lavrado e assinado em Florianópolis, na sede do DER/SC., sala da Procurado ria Geral, aos trinta dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e seis (30-(6-76).

3. REPRESENTANTES:

Representa o DER/SC., o seu Diretor -Geral, Engenheiro Civil ANTONIO CARLOS WERNER e a EMPREITEIRA, seu Diretor Presidente, Senhor EDSON BERWAN GER.

4. SEDE E REGISTRO DA EMPREITEIRA:

A EMPREITEIRA está estabelecida na ci dade de Brusque, à Rua Anita Garibaldi nº 65 e está registrada no DER/SC.

sob o no 024/76 (Protocolo no 005015, de 30.04.76) como candidata à Terraplenagem e Obras de Arte Correntes.

5. FUNDAMENTO DO CONTRATO: Este Contrato decorre da autorização do Conselho Executivo do DER/SC., cons tante da Ata no 1.920/76, de 08.06.76, que homologou a classificação da Tomada de Prêços - Edital no 50/76, de conformidade com que consta do processo protocolado no DER/SC., sob o no 006740, de 08.06.76, que ficou fazendo parte integrante deste Contrato.

CLAUSULA SEGUNDA DESCRIÇÃO E ANDAMENTO DOS SERVIÇOS

1. OBRA E LOCALIZAÇÃO:

Objetiva o presente Contrato a execução dos Serviços de Terraplenagem, Obras de Arte Correntes e Drenagem e Serviços Complementares, na -Rodovia SC-475, trecho Lages - Painel, numa extensão de 26,5 Km.

2. NATUREZA DOS SERVIÇOS: Os serviços contratados compreendem : Terraplenagem, Obras de Arte Corren tes e Drenagem, Serviços Complementares e demais serviços afins ed

gidos na execução da obra, de acôrdo com o projeto apresentado. Qualquer alteração do projeto, depois 3. ALTERAÇÃO DO PROJETO:

4. ACRESCIMO E REDUÇÃO DE OBRAS:

de assinado este Têrmo, depende da apro vação do Diretor Geral do DER/SC. O acrescimo de obras decorrentes alteração do projeto ou das especifi cações, não poderá ultrapassar de 25%

(vinte e cinco por cento) dos quantitativos constantes do Edital. O DER/SC., se reserva o direito apresentar variações ao projeto, podendo acarretar redução ou acres cimo do volume dos serviços.

o andamento dos serviços obedecerá ri ----o cronograma físico apre sentad. no propost e const. he is processo is 106740, de 08.06.76.

F. TY CA S. RX COUNTY os servicios sarão execut. los sob a for ma de miettada, or prime unitários somforme antabeleceu o Edital no 50/77, que ficou faza ano marte in terranta diste Contrato.

CLAPSIE I TORCCIPA DESCRIPTION OF PROPERTY OF

1. 2 2 2 2 2 2 3 - ... Dagara a permetroira, sola on ou no dos servicos contratados ne 1; "ibela de reecos e antes... elaborada en finho de 1975, comidi de pelo inflator la 1 3 h a com o lator de concorrência de 1,00 " (hari).

5. T.IV DE BANKINIEC: O pagarento los servicos serà efetua do na le courris do MR/SC., em Floria nopolis e cria pagamento corresponders

a) l'edições provisórias cumulativas e medição final los serviços ; procedidas to acordo con as in truções para on servicos de medição de objets rodoviárias a cor o do DNER;

b) Avaliações periódicas dos pervicos executados, não sendo permi tido mais de duas avalta des antes de ser procedi is una medição;

c) Entre duas medições ou avaliações não poderão decorrer menos de 30 (trinta) dias;

d) De cada valor determinado em avaliação ou medição, ser: feito o pagamento mediante fatura em moeda corrente do Pais.

Os preços unitários propostos serão -3. REAJUSTAMENTO: reajustados nos formos do Decreto Lei nº 185, de 23.02:1967 e alterações subsequentes.

CLAUSULA QUARTA TRAPOS

.. DE INÍCIO:

Os serviços contratados serão inicia dos' dentro de 10 (dez) dias, contados da expedição da Ordem de Serviço.

2. DE CONCLUSÃO: O prazo de conclusão dos serviços de 18 (dezoitc) meses consecutivos , contados da expedição da prinetra Ordem de Serviço.

3. PFORROGAÇÃO: os prazos de início o conclusão pode

rão ser prorrogados a requerimento da EMPREITEIRA ou por iniciativa do 197/SC., durante vigencia deste Contrato, a critério do Diretor Geral do DER/SC., melos seguintes motivos:

3.1. Falta de elementos técnicos pata o prosseguimento dos traba lhos quando o fornecimento deles couber ao DER/SC.;

3.2. Perlodo excepcional de chuvas;

1.1. Ordan escrite do nep/SC., para paralizar ou restringir o anda mento des servicos no interesse da administração.

Ad Programmes autorizadas serão ano tadas neste Contrato, rela Produfadoria doral, mediante comunicação escrita do Diretor Carol.

CLAUSULA QUINTA VALOR E DOTAÇÃO

1. VALOR:

O valor deste Contrato é de Cr\$ Cr\$ 37.000.000,00 (trinta e sete mi lhões de cruzeiros) sendo Cr\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de cruzeiros) à prêços iniciais e Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para reajustamentos.

A despesa deste Contrato correra nes 2. DOTAÇÃO: te exercício, até a importância Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) à conta da verba 4.1.1.0 : Obras Públicas; 3104 - Execução de Obras Públicas; Item 2 - Construção de Estradas e o saldo, à conta do Plano Plurianual de Investimentos.

Jutorização DER/SC. COM Classifica de com o de 1006740, de rato.

SERVIÇOS

to a execu-

enagem, ares, na 26,5 Km.

preendan ;

s afins ed

ende da apro

especifi

ar de 251

Edital.

OU actis

deceri ri

1co apre 08.06.76.

sob a for

unitarios

"arte in

M, mla

idos »

ויוייונס

1,00 :

sfetua

a Floata

iços,

e me.:L

DRITIL

diçan;

os de

to o

rão -

Lei

nicia

tados

pode to da

deste

ntes

traba

140

lites

CLAUSULA SEXTA MULTAS

1. POR EXCESSO EM RELAÇÃO AO PRAZO: A EMPREITEIRA fica suisita à multa de 0,033% (trinta e três milesimos por cento) do montante atualizado do Con

trato, nos casos de mora e exigível juntamente com o cumprimento das obrigações contratuais, particularmente nos seguintes casos:

- a) Por dia útil de atrazo em relação ao cumprimento do cronograma físico e financeiro da obra, apurado tal atrazo mensalmente;
- b) Por dia consecutivo que exceder à data prevista para conclusão dos serviços.

TUAL OU TECNICA:

2. POR NEGLIGÊNCIA CONTRA- À EMPREITEIRA serão aplicadas multas pelo Diretor Geral do DER/SC., varia veis de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) a Cr\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil cruzeiros), quan

do: 2.1. Não forem os serviços executados perfeitamente de acôrdo com o projeto, especificações e normas técnicas aplicáveis a cada

- caso; 2.2. Quando os trabalhos da fiscalização forem dificultados;
- 2.3. Quando a administração ou fiscalização forem erroneamente in formados.

3. NOTIFICAÇÃO E RECOLHIMENTO:

Da aplicação da multa será a EMPREL TEIRA notificada pelo DER/SC. A partir da notificação terá ela o direito ao

prazo máximo de 10 (dez) dias para recolher a importância à Tesou ria do DER/SC., em Florianópolis.

Nenhum pagamento de medição ou avalia ção será efetuado à EMPREITEIRA, se esta deixar de recolher quer multa que lhe for imposta dentro do prazo previsto.

CLAUSULA SETIMA RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido -1. POR ACORDO: por mútuo accrdo, atendendo a conve niência dos serviços, recebendo a EMPREITEIRA o valor dos serviços executados.

- Cabe rescisão deste Contrato por ini 2. POR INICIATIVA DO DERSC: ciativa do DER/SC., independentemente de interpelação judicial, quando:
- 2.1. A EMPREITEIRA não cumprir qualquer das obrigações estipuladas neste instrumento;
- 2... The recolher qualquer multa dentro do prazo previsto;
- 2.3. Incorrer em multa em mais de duas das condições fixadas para sua aplicação;
- 2.4. Falir:
- 2.5. Transferii a terceiros, no todo ou em parte, os serviços cons tantes do presente Contrato, sem prévia autorização escrita do Diretor Geral do DER/SC.;
- 2.5. Executar qualquer trabalho com impericia técnica devidamente constatada pela fiscalização do DER/SC.

Não caberá indenização de qualquer -3. INDENTRAÇÃO: esnecie por rescisão deste Contrato, exceto no caso previsto no ítem 1 desta Clausula, quando terá ela o direito a receber o valor das instalações efetuadas para cumpri mento do Contrato, descontadas as parcelas correspondentes a sua utilização, proporcionalmente aos serviços executados até a data da rescisão. Fica, ainda, expressamente estabelecido que o DER/SC, não pagará indenizaçãoes devidas pela EMPREITEIRA, em face da Le gislação Social ou Trabalhista.

CLAUSULA OITAVA CAUÇÃO

Para garantia da execução do Contrato 1. PHICIAL: a EMPREITEIRA manterá a caução inicial de Cr\$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros) depositada na Tesouraria do DEP/SC., por ocasião da Tomada de Prêços - Edital nº 50/76, na forma do artigo 63 e seus parágrafos do Decreto N.GE-15-12-69/8.755.

2. REFORMOS:

A caução inicial será reforçada duran te a execução dos serviços contratados de frima a totalizar sempre 3% (tres por cento) do valor dos servi

cos executados.

A caução inicial e os reforços serão 3. LEVANTA UNO: levantados depois de cumprido este Con trato e após 60 (sessenta) dias da assinatura do Termo de Recebimen to Definitivo da obra pelo DER/SC. Em caso de rescisão só caberá devolver a caução quando o Contrato for rescindido por acordo ou por falência da EMPREITEIRA.

CLAUSULA NONA FISCALIZAÇÃO

O DER/SC., fiscalizará a execução dos serviços, através de Engenheiro designado préviamente pelo Diretor Geral do DER/SC.

CLAUSULA DECIMA

FORO

Para as questões decorrentes deste -Contrato fica eleito o Fôro da Comarca de Florianopolis, com renún cia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja,

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA

Todo e qualquer pedido de informação por ventura necessário à execução dos serviços deverá ser feito di retamente ao DER/SC., não sendo permitido à EMPREITEIRA dirigir-se à outras repartições sem anuência prévia do DER/SC.

CLAUSULA DECEMA SEGUNDA VALIDADE

O presente Contrato somente surtira seus jurídicos e legais efeitos, após sua aprovação pelo Conselho Administrativo, de conformidade com o artigo 89 do Decreto no 715, de 21.05.1976.

E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato, as partes acima nomeadas juntamente com as duas testemunhas abaixo.

DER/SC., em Florianopolis, 30 de Junho de 1976.

AMPRONIO CARLOS WERNER

Testemunha: Ilegivel

Ass. EDSON BERWANGER

Testemunha: Ilegivel

AVISO DE LICITAÇÃO

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA, através do GRUPO EXECUTIVO DE LICITAÇÕES (GEL), leva ao conhecimento dos interessados, que se acha aberta a TOMADA DE PREÇOS - EDITAL Nº 89/76, para fornecimento de material de Sinalização, constituido de 3 (três). Pórticos Metálicos para a RODCDOVIA SC 301 trecho JARA-GUA DO SUL - BR 101, com prazo de entrega das propostas até às 9,00 (nove) horas do dia 24 de agosto de 1976 no Protocólo Geral do DER/ SC., situado no 7º andar do Edifício das Diretorias, em Florianópolis.

Cópias do referido Edital e maiores esclarecimentos serão obtidos junto no GEL, no endereço acima mencionado.

DER/SC., em Florianópolis, 27 de julho de 1976

- military Engo Civil Osny Berretta Presidente do GEL

Engo Civil Moncir Mondardo Diretor de Operações 7173-9

AVISO DE LICITAÇÃO

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARIN através do GRUPO EXECUTIVO DE LICITAÇÕES (GEL), leva ao conhecimen to dos interessados, que se acha aberta a TOMADA DE PREÇOS - EDI---TAL Nº 90/75, para fornecimento de Material de Britagem a ser de-positado no Acampamento do DER/SC, localizado na Estrada São Francisco do Sul - Enseada, com prazo de entrega das propostas até às 15,00 (quinge) horas do dia 12 de agosto de 1976 no Protocólo Geral do DER/3C., situado no 7º andar do Edifício das Diretorias, er Florianopolis.

Cópias do referido Edital e maiores esclarecimentos serão obtidos junto ao GEL, no endereço acima mencionado.

DER/SC., em Florianópolis, 27 de Julho de 1976

Engo Civil Osny Berretta

Presidente do GEL

Engo Civil Sérgio R. Beims Diretor de Construção 7174-2

CÂMARAS MUNICIPAIS

FLORIADOPOLIS

PORTARIA Nº 26

O Premidente da Câmara Municipal de Floria mépolis, no uso de suas atribuições,

RESOLVES

Atribuir ao Sr. Cláudio Alvim Barbosa, tón mico mível médio da Profeitura Municipal de Floriamépolis, colocado à disposição desta Câmara, comforme Portaria s/n, de 5/5/76, da Secretaria de Administração da Municipalidade, para exercer a função de Sperador dos Serviços de Som s Gravação desta Secretaria, a partir de cerrente mes de julho, a gratificação mensal de Cé 1.500,00 (hum mil e quinhentes craseiros), correndo as despesas por conta da verba 3.1.1.0.00, ítem 1.117.

Floriamópolis, 15 de julho de 1.976

WALDEMAR JOAQUIM DA SILVA FILHO
Promidente

PORTARIA Nº 27

C Presidente da Câmara hunicipal de Florianópolis, no uso de sues atri-

......

vel PF-7, hosiba Pereira, colocada à disposição desta Camara pela Frefeitura Municipal de Florianópolis, conforme Porta - ria s/n, deteda de 11.7.75, a partir do corrente mês de julho, a gratificação mensal de M. 1.800,00 (hum mil e citocentos cruzeiros), correndo as despesas por conta de verte 3.1.1.0.00 - item 1.117.

Florianopolis, 15 de julho de 1971.

residente 7175-A

PORTARIA Nº 28

O Presidente da Câmara Municipal de Floria mopolis, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Atribuir ao Jornalista Adão Miranda, Asseg sor de Imprensa da Prefeitura Municipal de Floriamópolis, colocado à disposição desta Câmara, conforme ofício na 1.236, de '29/07/76, a partir do mes de julho do corrente ano, a gratifica - 9ão mensal de Ot 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruseiros), corre do as despesas por centa da verba 3.1.1.0.00, ftem 1.117.

Floriamopolis, 15 de julho de 1.976

WALDEMAR JOAQUES DA SILVA FILHO
Presidente 7175-B

PORTARIA Nº 29/76

O Presidente da Câmara Municipal de Floris nopolis, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Arbitrar em 100% (cem por cento) sobre seus vencimentes, a partir de 1º (primeiro) de julho do corrente ano, ao Sr. João - Claudino Soares, de acordo com o art. 5º, da Lai nº 1.232, de - 27/7/74 e art. 190, da Lei nº 1.218, de 31/5/74, a gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva.

Cumpra-se

Câmara Municipal de Florianopolis, em 20 de julho de 1976

WALDEMAR JOAQUIM DA SIDVA FILHO
Presidente 7175-C

PORTARIA Nº 30/76

O Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Arbitrar em 90% (noventa por cento) sobre seus veneimentos, a partir de 1º (primeiro) de julho do corrente ano, ao Sr. Ranulfo Souza, de acordo com o art. 5º, da Lei nº 1.232, de
27/7/74 e art. 190, da Lei nº 1.218, de 31/5/74, a gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva.

Cumpra-se

Câmara limicipal de Florianopolis, em 20 de julho de 1976

WALDEMAR JOAQUIN DA STINA: FILHO
Presidente
717:-D

a Crestition" eiros), com 117.

de Florie s legais,

ndmentos, João de cação de

216,

V0201-

Campra-se Olimara Municipal de Florianopolis, em 20 de julhe de 1976

> WALDEMAR JOAQUIN Presidente 7176-A

PORTARIA Nº 31/76

O Presidente de Camara Municipal de Florianopolis, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Arbitrar em 90% (noventa por cento) sobre seus vencimen tos, a partir de 1º (primeiro) de julho do corrente ano, à Sra. -Jeanete Silva, de acordo com o art. 5º, da Lei nº 1.232, de 27/7/74 e art. 190, da Lei nº 1.218, de 31/5/74, a gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva.

Cumpra-se Câmara Municipal de Florianopolis, em 20 de julhe de 1976

> WALDEMAR JOAQUIM DA SILVA FILHO Presidente

PORTARIA Nº 32/76

O Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, no uco de suas atribuições legaiss

RESOLVE:

Arbitrar em 80% (oitenta por cento) sobre seus ven cimentos, a partir de 1º (primeiro) de julho do corrente ano, ao Sr. Aldori Belarmino da Silva, de acordo com o art. 5º, da Lei nº 1.232, de 27/7/84 e art. 190, da Lei nº 1.218, de 31/5/74, a gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva.

Cumpra-se Câmara Municipal de Florianopolis, em 20 de julho de 1976

WALDFIAR JOAQUIN AN SIEVA FILHO

PORTARIA Nº 33/76

O Presidente da Câmara Municipal de Florianopolism no uso de suas atribuições legains

RESOLVE:

Arbitrar em 80% (citenta por cento) sobre seus vencimen tos, a partir de 19 (primeiro) de julho do corrente ano, ao -Sr. Gervásio Ramon Filomeno, de acordo com o art. 5º, da Lei nº 1.232, de 27/7/74 e art. 190, da Lei nº 1.218, de 31/5/74 . a gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva.

STLVA PELHO

PORTARIA Nº 34/76

O Presidente da Câmara Municipal de Floria nópolis, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Arbitrar em 80% (citenta por cento) sobre seus vencamen tos, a partir de 1º (primeiro) de julho do corrente ano, ao Sr. Helio Ricardo Lange, de acordo com o art, 5º, da Lei nº 1.332 , de 27/7/74 e art. 190, da Lei nº 1.218, de 31/5/74, a gratifica ollo de tempo integral e dedicação exclusiva.

Cumpra-se

câmara Municipal de Florianopolis, em 20 de julho de 1976

WALDEMAR JOAQUIN DA SIEVA FILHO Presidente 7176-B

PORTARIA Nº 35/76

O Presidente da Camara Municipal de Floria nopolis, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVES

Arbitrar em 80% (oitenta por cento) sobre seus vencimen tos, a partir de 1º (primeiro de julho do corrente ano, ao sr. -Norival da Rosa Botelho, de acordo com o art. 59, da Lei Nº 1.232, de 27/7/74 e art. 190, da Lei nº 1.218, de 31/5/74, a gratifica lção de tempo integral e dedicação exclusiva.

Cumpre-se

Olmara Municipal de Florienspelis, em 20 de julho de 1976

WALDEMAR JOAQUIL DA SIEVA PILHO Presidente 7176-C

PORTARIA Nº 36/76

O Presidente da Olimara Municipal de Florianopolie, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Arbitrar em 80% (citenta por cento) sobre seus vencimen tos, a partir de 1º (primeiro) de julho de corrente ano, ao Sr. Rogerio Sebastino Vieira, de acordo com o art. 52, da Lei nº -1.232, de 27/7/74 e art. 190, da Lei nº 1.218, de 31/5/74, a gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva.

Cumpra-se

Camera Municipal de Florianopolis, em 10 de julho de 1976

WALDEMAR JOAQUIN DA SILVA FILHO Presidente 7176-D

PORTARIA Nº 37/76

O Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições,-

RESOLVE:

Arbitrar em 80% (citenta por cento) sobre seus vencimentos, a partir de 1º (primeiro) de julho do corrente ano, ao Sr. Acendino Luiz de Castro, de acordo com o art. 5º, da -Lei nº 1.232, de 27/7/74 e art. 190, da Lei nº 1.218, de -31/5/74, a gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva.

Cumpra-se

Câmara Municipal de Florianopolio, em 20 de julho de 1976

WALDENAR JOAQUIM DA STLVA PILHO
Presidente
7176-E

PORTARIA Nº 38/76

O Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições,

RESOEVE:

Arbitrar em 80% (citente por cento) sobre seus vencimentos, a partir de 1º (primeiro) de julho do corrente ano, AgSra. Almira Cisne Goulart, de acordo com o art. 5º, da Lei nº 1.232, de 27/7/74 e art. 190, da Lei nº 1.218, de 31/5/74, u gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva.

Cumpra-se

Câmara Municipal de Plorianópolis, em 20 de julio de 1976

WALDEMAR JOAQUIN DA SILVA FILHO
Presidente
7177-1

PORTARIA Nº 19/76

O Presidente da Câmara Municipal de Floria nópolis, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Arbitrar em 80% (citenta por cento) sobre seus vencimentos a partir de 1º (primeiro) de ajulho do corrente ano, à Sra. Eli-Einhares Tonelli, de acordo com o art. 5º, de Lei nº 1.232, de -27/7/74 e art. 190, da Lei nº 1.218, de 31/5/74, a gratificaçãode tempo integral e dedicação exclusiva.

Cumpra-se

Câmara liunicipal de Florianopolio, em 20 de julho de 1976

WALDEMAR JOAQUIM DA SILVA FILHO
Presidente
7177-A

PORTARIA Nº 40/76

O Presidente da Câmara Municipal de Plorianópolis, no uso de suas atribuições -Legais,

RESOLVES

Arbitrar em 80% (citenta por cento) cobre sous vencimentos, a partir de lº (primeiro) de julho do corrente ano, ao Sr. Carlos Alberto Ludwig, de acordo co: o art. 5º, da Lei
nº 1.232, de 27/7/76 e art. 190, da Lei n. 1218, de 31/5/74,
a gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva.

Cumpra_se

Câmara Emnicipal de Florianopolic, em 20 éc julho de 1976

WAIDE AN JON QUI DA TIV

PORTARIA NO 41/76

O Presidente da Camara Municipol de Florianopolis, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO, de acordo com o Artigo 90, ítem I, da Lei nº 1.218, de 31.05.74, a ALTAMILO DE OLIVEIRA SOUZA, matrícula nº 14, do cargo de Oficial Legislativo, nível LM-09, do Quadro da Camara Municipal de Florianópolis, com os efeitos a contar de 05.07.76.

Cumpra-se e publique-se.

Florianopolis, 21 de julho de 1976.

WALDEMAR JOAQUIN DA SILVA FILHO
Presidente

PORTARIA Nº 42/76

O Presidente da Camara Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, Paulo Botelho para exercer em Comissão, o cargo de Motorista, nível LMC-O2 do Quadro Unicoda Câmara Municipal de Vereadores.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 26/07/76.

Cumpra-se e publique-se

Florianópolis, 23 de julho de 1976.

Waldemar Josquim da Silva Filho Presidente

7179-D

ho de 1976

unicipol de

suas atri-

m o Artigo

Lal Legis-

de ilo -

cercer es

to Unico-

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

TEÓFILO FUNDAÇÃO

Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela lei Nº 4.428 de 20/05/70 Reg. Cons. Nac. Serv. Social proc. Nº 244137/73 em 06/02/1974 Isenta do Impôsto de Renda cf. Proc. Nº 5.060/69

Inscrição CGCMF Nº 82 661 133 0001-73 Fones: 22-1087 e 22-4047 — Rua 15 de Novembro, 550 — 11º Andar — Sala 1.104 Edificio Catarinense - 89100 - BLUMENAU - Santa Catarina - Brasil

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 1976 C.G.C.M.F. 82.661.133/0001-73

| - ATIVO - | | |
|--|---|----------------------------|
| DISPONÍVEL | | |
| CaixaBancos | 886,79 159.298,67 | 160.185,46 |
| REALIZÁVEL | | |
| Participações em Ações | 3.092.628,40 232.785,81 19.216,85 | 3.344.631,06 |
| IMOBILIZADO . | | |
| Imóveis | 103.530,00 47.265,94 1.238.550,68 53.311,56 29.670,99 | 1.472.329,17 |
| CONTAS DE RESULTADO | | |
| Despesas Administrativas Despesas Legais Despesas Gerais Despesas Assistenciais Total do Ativo | 94.439,41 9.091,10 82.696,85 190.055,50 | 376.282,86 5.353.428,55 |
| | | |
| | | |
| - PASSIVO | | |
| EXIGÍVEL | | |
| Credores Diversos | | 743,54 |
| NÃO EXIGÍVEL | | |
| | | |

| - PASSIVO | | |
|---|---|--------------|
| EXIGÍVEL | | |
| Credores Diversos | | 743,54 |
| NÃO EXIGÍVEL | | |
| Patrimônio Social | 4.478.385,07 87.994,27 11.148,51 | 4.577.527,85 |
| RESULTADO PENDENTE | | |
| Prev. Deprecs. S/Vlr.Original Prev. Deprecs. S/Vlr.Original | 49.365,98 | 51.382,65 |
| CONTAS DE RESULTADO | | |
| Dotações Estatutárias | 510.000,00 390,00 187.635,58 25.748,93 | 723.774,51 |
| Total do Passivo | | 5.353.428,55 |

Blumenau, 30 de junho de 1976

DIRETORES: Lotário Stueber Orlando Ferreira de Melo João Waldir Klitzke

GUINO JOSÉ SGROTT Téc. Contabilidade Reg. CRC-SC. nº4858

139.651,98

=========

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E Reconhecida de Utilidade Pública Federal pelo Decr. Nº 58.867 de 20/7/56 - Estadual pela Lei Nº 3.269 de 29/7/63 Municipal pela lei Nº 1.141 de 19/2/63 - Reg. no Conselho Nac, de Serviço Social - Proc. Nº 227,391/75 de 01/07/75 Isenta do Imposto de Renda of. Proc. Nº 270.278/62 Inscrição CGCMF Nº 82 641 697/0001-44

Rua 15 de Novembro, 550, - 11º Andar - Sala 1104 - Fones: 22-1087 - 22-4047 89100 - BLUMENAU - Santa Catarina - Brasil

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 1976 C.G.C.M.F. 82.641.697/0001-44

| - ATIVO - | | |
|--------------------------|-----------------------|-----------|
| DISPONÍVEL - | | |
| CaixaBancos | 3.343,67 32.399,28 | 35.742,95 |
| REALIZÁVEL | | |
| hercadorias Doação | | 2.781,24 |
| | | |
| <u>IhObILIZADO</u> | | |
| Móveis e Utensílios | 2.071,27 6.136,61 | 8.207,88 |
| CONTAS DE RESULTADO | | |
| Despesas Administrativas | 41.404,45 | |
| Despesas Gerais | 3.422,42 | 92.919,91 |
| Despesas Assistenciais | 44.517,84 | 32.513,52 |

Total do Ativo.....

| - PASSIVO - | | |
|--|-----------------------------------|------------|
| EXIGÍVEL | | |
| Credores Diversos | | 555,25 |
| NÃO EXIGÍVEL | | |
| Patrimônio Social | 1.013,25 8.460,57 828,52 | 10.302,34 |
| RESULTADOS PENDENTES | | |
| Prev. de Deprecs. S/Vlr. Original Prev. de Deprecs. S/Corr. Monet | 103,57 | 410,39 |
| CONTAS DE RESULTADO | | |
| Donativos Recebidos | 123.200,00 | 128.384,00 |
| Total do Passivo | | 139.651,98 |
| Blumenau, 30 de junho de 1976. | | |
| DIRETORES: | GUINO JOSÉ SO | ROTT |
| Carlos Curt Zadrozny Karl Friedrich Strauss | Téc. Contabili Reg. CRC-SC. nº | |
| | | |

ELETRIFICAÇÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. RUA BOCAIUVA - 215 - FONES: 22 - 0168 - 22 - 3751 - 22 - 1374 - DDD - 0482 88.000 FLORIANÓPOLIS - 8C.

AVISO

A Eletrificação Rural de Santa Catarina S/A ERUSC, comunica que continua procedendo à Pré Qualificação de Empresas Cons trutoras de Obras de Eletrificação Rural.

As instruções necessárias poderão ser obtidas junto ao Departemento de Material da ERUSC, sito à Avenida Rubens de Arruda! Ramos, nr. 464 - Florianopolis/SC. 7209-3

> Adhemar Gancia Filho Diretor de Administração

EXTRATO DO ESTATUTO DA LIGA CAMPOERÊNSE DE FUTEBOL - L.C. P. =

· I - DA SOCIEDADE E SEUS PINS

Art. 10 - A Liga Campoerense de Putebol -LCF-, fundada sos 10 de Novembro de 1975, na cidade de Campo Ere, Es tado de Santa Catarina, destinada a superintender, difundir eincrementar a prática do futebol amador e profissional;

Art. 20 - A Liga Campoerense de Putebol e come tituida dos seguintes clubes: S.E. Independente; C.R. Araucaria; B. C. R. União; R. C. Fronteira com Palace.

Art. 3º - A duração da Liga Campoerênse é por tempo indeterminado;

II - DOS PODERES

Art. 4º - São poderes da Liga Campoerense de -Futebol: a) A Assembléia Geral; b) A Junta Disciplinar Desportiva; o) O Conselho Fiscal; d) a Presidencia; e) A Diretoria.

Art.5º - A Diretoria será composta do Presidente e do Vice-Presidente, eleitos pela Assembléia Gesal. Secretá rio Geral, 1º e 2º Secretários; 1º e 2º Temoureiro, designados= pelo Presidente.

III - DO PATRIMONIO

Art. 69 - O Patrimônio da Liga Compoerênce 6 == constituida: a) Dos bens móveis e imóveis; b) Dos saldos apurados nos balanços anusis e,c) Dos prémios de Caráter Perpétuo;

IV - DIS OSIÇÕES GERAIS

Art. 78 - Os Funcionários da Idga Campoerênse = terão ingresso em qualquer praça de desportes mediante a exibição da Carteira Funcional;

Art. 8º - Os Estatutos da Liga Camposrense de -Futebol estão Registrados às fls. 123 à 129 do Livro nº 4-1 sob o nº 007 de Registro de Pessons Jurídions de cidade de São Lourenço d'Oeste-SC, em data de 21 de Julho de 1976;

Art. 98 - En case de Dissolução da Liga Camposrênse de Futebol, serão os seus bens entregues ao Governo Municipal.

Campe Brê - SC, 22 de Julho de 1976 toquado Pedro Jorge Rocha Parindes Presidente

Nereu Hugo Pacheco Loures Secretario.-

7141-8

LAVADOR DE CAPIVARI S/A.

CGC - 86.440.443/0001/19

Ata da Assembléia Geral Extraordinária do Lavador de Capivari S/A, realizada aos 27 dise do mês de abril de 1976.

Aos vinte e sete dias do mês de abril de mil no vecentos e detenta e seis, as 11 horas, reuniram-se em sua sede social em Capivari, município de Tuberão, Santa Catarina, ce acionistas do Levador de Capivari S.A., em virtude de convocação regularmente feita e publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, em suas edições dos dias 7, 8 e 9 de abril de 1976 e no Jornal "O Estado" em auas edições de 7. 8 s 9 de abril de 1976. Assumiu a presidência dos trabalhos da Assembléia, o Engenheiro Aloysio de Silva Moura, dire tor presidente de sociedade, nos termos de letre "b" do ert. 15 dos estatutos sociais, que convidou a mim, Arno Francisco de Albuquerque Hübbe para secretariar os trabalhos. Declarou o senhor Presidente que de acordo com as assinaturas lançadas no livro de presença de acionistas, encontravam-se presentes acionistas representando 100% do capital social com direito a voto, havendo, portanto, quorun legal, pelo que dava valida mente instalada a assembléia e abertos os seus trabalhos. Em seguida o senhor Presidente determinou a mim, secretário, que procedesse à leitura do Edital de Convocação, o que fiz e com o seguinte teor: "Lavador de Capivari 5.A. - C. G. C. no.. 86.440.443/0001/19 - Assembléia Geral Extraordinária - Edital de Convocação. Ficam convidados os senhores acionistas do Lavador de Capivari 5.A., a comparecerem à Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no próximo dia 27 de abril de 1976 às 11 horas, na sada social em Capivari, município de Tubarão Estado de Santa Catarina, para deliberarem sobre o seguinte: Ordem do Dias 1-Alterações dos artigos 12º e 23º dos Estatu tos Sociais. - 2-Outros assuntos do interesse da sociedade. Tuberão, 5 de abril de 1976. Engo Aloyalo de Silva Moura, pre eidente". Terminada a leitura, o senhor Presidente informou que se encontrava à disposição dos senhores acionistas sobre a mesa, exemplares da proposta da Diretoria englobando o primeiro item da ordem do dia, determinando a mim, secretário, / que procedesse à leitura daqueles documentos, o que fiz, nos seguintes termos: "Proposta da Diretoria. Senhores Acionistas. A Diretoria propôs sejam alterados o artigo 12º e a letra "e" do artigo 230. Anova redação proposta para o artigo 120 seria: Artigo 12º o Presidente, nos esus impedimentos temporários e nes superiores a 60 (sessenta) dias, sere substituido pelo Diretor Superintendente e, na ausência deste, pelo Diretor de Operação. Parágrafo primeiro - nos impedimentos temporárice e não superiores a 60 (sessenta) dias dos Diretores se rao eles substituídos por outro Diretor ou por empregado categorizado, acionista ou não, designado pelo Presidente em Reunião de Diretoria. Parágrafo segundo - em caso de vaga ou impedimento definitivo de qualquer dos cargos da Diretoria, deverá ser convocada, no prazo de 60 (sessenta) dias, uma Ag sembleia Geral Extraordinéria para eleição do novo diretor, pelo tempo do mandato que restar ao substituido. A nova reda ção proposta para a letra "e" do artigo 23º serias Artigo 23º "e" - participação nos lucros eos empregados da empresa por proposta de Diretoria, São essas as propostas que a Diretoria formula aos Senhores Acionistas, esperando te-las apro vada na Assembléia Geral Extraordinária convodade para o pro ximo die 27 de abril de 1976. Tutarão, 17 de março de 1976. Engo Eloysio da Silva Moura - Presidente; Físico Roberto Vas concellos Novos - Diretor Superintendente; Enga Gecy Rochs -Diretor de Operação". Terminada a leitura, o senhor Presiden te colocou em votação e proposta; pedindo e palevre o ecionista Companhia Siderúrgica Nacional, representado pelo er. Engenheiro Carlos Mário Tabert, propôs a Assembleia que votasse l'avoravelmente è proposte de Diretoria de Alteração do artigo 120 e artigo 230, letra "e" dos Estatutos Sociais. Não havendo quem se manifestasse, o senhor Presidente colocou em votação a proposta, verificando-se a sua aprovação por unani midade dos presentes. Em seguida, o senhor Presidente franqueou a palavra aos acionistas para quem quisesse fazer uso dela, e não havendo quem se manifestasse sobre o último item

da ordem do dia, e nade mais havendo a tratar, deu por suspensos os trabalhos da Ascembléia pelo tempo necessário a la vratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, foi por min, secretério, feita a leitura da ata que submetida aos presentes Poi aprovada e por todos assinada. Tuberão, 27 de abril de 1976. Presidente Aloysio de Silva Mouse - Secretário Arno Francisco de Albuquerque Hubbe - Companhia Siderúrgica Na cional Engo Carlos Mário Tabert - Imobiliária Senta Cecília S.A. - CECISA - Engo Carlos Mário Tabert - EPLAN- Emissão de Planejamento e Seguros S.A. Engo Carlos Mário Tabert - Oleos de Palma Agro Industrial S.A. - DPALMA Enge Carlos Mário Tabert - Cia. Drasileira de Projetos Industriais -COBRAPI Engo Carlos Mério Tabert - SOTECNA-Soc. Tecnice de Adm. e Correta Corbonifera gem de Seguros Ltda. Engo Carlos Mário Tabert-Gen. Sylvio Raulino de Oliveira Engo Aloysio da Silva Moura.

> Confere com o original transcrito no Livro da Atas, às fla. 50 a 51.

Tubarão, 27 de Abril de 1976

Aloyeio de Silva Moura Presidente

Arno Francisco de Albuquerque Habbe Secretario

ARQUIVADO SOB Nº .444 32/76... JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA — FLORIANOPOLIS — DATA .27./..07..../76...... JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIDÃO — certifico que este documento foi arquivado sob número e data estampado mecanicament?. — Francisco Paulo Kaesemoldel — Secretário Geral.

GRANALHA DE AÇO S.A.

INSCR. EST. 091.001.00012-1 - C.G.C. 84.684.372/0001

ATA DA ACCEMBICIA GERAL LITRACH JIRÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mes de junho do ano de 1976, em sua se de social, à mua Albano Schmidt nº 2.818, neste município de Join ville, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária, os scionis tas da Granalha de Aço ... A. representando a totalidade do Capital Social, segundo demonstram as assinaturas lançadas no "livro de / Presença de Acionistas". Dado o comparecimento da totalidade dos acionistas, deu-se por instalada a presente Assembléia, de confor midade com o que é facultado pela l'ortaria DEEC-JUG nº 18 de 27./ 10.1969. Na forma estatutária, assumiu a presidencia dos traba- / lhos o Sr. Mario Metz, Diretor Superintendente da Empresa, que convidou a mim, kuniberto Sacht, para servir de Secretário. Constituída a mesa, a pedido do or. Presidente, foi lida a ordem do . dia desta assembléia, já do conhecimento dos acionistas, como segue: "Ordem do Jia: 1) Eudança do exercício social com a conse-/ quente alteração dos Estatutos Sociais; e 2) Sutros assuntos de interesse social. Joinville, 22 de junho de 1976. Assinados: Trio Metz, Euniberto Cacht, Antônio Zimmermann, João Victor elert, e Paulo Gustavo Muhlmann, Diretores". A seguir, pediu o .r. resi dente fosse lida a proposta da Diretoria com os assuntos a serem discutidos na presente Assembléia Ceral, no seguinte teor: "iro posta da liretoria - Considerando o plano de reformulação organizacional e padronização contábil sugerida pela actonista Fundição Pupy 3.4., com o objetivo de facilitar o fornecimento de informações contabeis, alem de se estabelecer uma padronização de data / de encerramento de exercício social para as companhins associadas daquela impresa, prevendo a alteração do termino social de 3º de junho para 31 de dezembro, propoe esta Jiretoria alterar o artigo

Coesério e l

o fol por el

creterio At.

iderurgice b

inta Cecilia

- Enissão de

bert - Oleon

os mario 18.

COBRAPI Engl

o e Correta

Carbonifere

Silva Moura,

inscrito no

DE SANTA CA-

OMERCIAL DO

o foi arquivado

del - Secreta

de Join

acionis

Japital

ro de /

de dos

confor

de 27./

raba- /

es do .

020 Be-

onse- /

os de

s: rio

Lert, e

"iTO "

indica0

aforms-

e 51.

19º de nossos Estatutos Sociais que, se aprovado for pela Assem bléia Geral convocada pura o dia 25 do corrente mes, passará ter a seguinte redação: Artigo 19º - O exercício social compreen de o período entre 1º de janeiro e o último dia do mes de dezem bro de cada ano, quando então se levantará o respectivo balanço geral com observancia das prescrições legais. Parágrafo Unico: Por deliberação da Diretoria poderá ser levantado balanço semes tral a 30 de junho de cada ano. Joinville, 22 de junho de 1976. Assinados: Mario Mets, Auniberto Sacht, Antônio Simmermann, Joso Victor Meinert, e Paulo Gustave Muhlmann, Diretores". A seguir foi lido também o parecer do conselho fiscal com este teor: "Os membros do Conselho Fiscal da Granalha de Aço 3.A., adiante assinados, tendo examinado a proposta da Diretoria de 22 de junho de 1976, relativa à alteração estatutária, que diz respeito à data do encerramento de exercício social, são de parecer que a mesma atende aos interesses sociais, recomendando, portanto, / sua aprovação pela Assembléia Geral Extraordinária. Joinville, 16 de junho de 1976. Assinados: Harry B. Ziehmann, Juracy Ribei ro. Dr. Harry Kormann". Colocada em votação, foi a presente pro posta aprovada por unanimidade de votos, passando o artigo 19º dos Estatutos Sociais a vigorar com a redação acima transcrita. Passando no segundo item da ordem do dia - Outros assuntos de interesse social, decidiu-se: 1) Pica ratificada a decisão da Diretoria de 10 (des) de maio de 1976 designando o 3r. Paulo Gustavo Muhlmann, brasileiro, casado, engenheiro, CFF nº 003./ 822.309-06, residente e domiciliado na rua Visconde de Maua, 455 nesta cidade, portador da carteira de identidade nº 197524 - SC. para o cargo de diretor em vista da exoneração do diretor Sr. / Sergio de Oliveira Hamos. 2) Que o mandato atual da Diretoria a se findar no segundo semestre de 1977, fica prorrogado para o 1º semestre de 1978, em decorrência da alteração estatutária aprova da nesta Assembléia Geral. 3) que os honorários da Diretoria serao mantidos aos niveis fixados nos estatutos. Abstiveram-se de votar os beneficiados. 4) O mandato do conselho fiscal ficara / prorrogado até a efetivação da próxima Assembléia Geral Ordinária, em março de 1977. Dando sequência aos trabalhos o 3r. Presi dente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como / ninguém se manifestasse, deu por encerrada a reunião, da qual la vrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi / aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente, pelos / acionistas presentes e por mim, que servi como secretário. Join Ville, 25 de junho de 1976. (assinaturas) Mário Metz, Fundição Tu py S.A.: Heinrich ". Berg e Raul Schmidt - Diretores, Antonio Zim mermann, Jose Victor Meinert, Paulo Gustavo Milhlmann, Geralde Sohn treann, Otilio Marcelino dos Santos e Kuniberto Sacht. Certidão. Certifico que revendo o livro de atas de Assembléias Gerais Granalha de Aço S.A. nele encontrei nas folhas 21, 22 e 23 a ata fielmente acima transcrita, indo o presente termo assinado Sr.Presidente dos trabalhos e por mim, auniberto Sacht, que servi de secretário. Joinville, 25 de junho de 1976.

PARIO METZ

EUNIBERTO SACHT

8262/10

ARQUIVADO SOB Nº 44364/76... JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA — FLORIANOPOLIS — DATA 20../.07..../.76..... JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIDÃO — certifico que este documento foi arquivado sob número e data estampado mecanicaments. — Francisco Paulo Kaesemoldel — Secretário Geral.

LAVADOR DE CAPIVARI S/A.

CGC - 86.440.443/0001-19

Ata da Assembléio Geral Ordinária do Lavador de Capivari 5/A, realizada aos 27 dias do mês de abril de 1976.

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e seis, às 10 horas, reuniram-se em sua sede social, à Avenida Ernani Cotrin s/nº, em Capivari, município de Tuberão, Estado de Santa Catarina, os acionistas do Lavador de Capivari S/A., em virtude da convocação regular mente Peita e publicada no Diário Oficial de Santa Catarina em suas edições dos dias 7, 8 e 9 de abril de 1976 e no jornal "O Estado" em suas edições de 7, 8 e 9 de abril de 1976. Assumiu a Presidencia da Assembléia o Engenheiro Aloysio da Silve Moura, Diretor Presidente da Sociedade, nos termos da letra "A" do artigo 15 dos Estatutos Sociais, que convidou a mim, Arno Francisco de Albuquerque Hubbe para secretário. Declarou o er. Presidente que, de acordo com as assinaturas lan çadas no Livro de Presença de Acionistas, encontravam-se presentes acionistas representando 100% do capital social com di reito a voto, havendo portanto, "quorum" legal, pelo que davepor validamente instalada a Assembleia e abertos os trabalhos Prosseguindo, o senhor Presidente informou que foram feites no Diário Oficial dos dias 13, 16 e 17 de Fevereiro de 1976 e no jornal "D Estado", em suas edições de 13, 14 e 15 de Fevereiro de 1976, as publicações a que se refere o artigo 99 da Lei da Sociedade por Ações, deteminando a mim secretário, que l'izesse a leitura de Edital de Convocação, nos seguintes termos: "Lavador de Capivari S.A. - CGC nº 86.440.443/0001-19. Assembléia Geral Ordinária - Edital de Convocação - Ficam con vidados os senhores acionistas do Lavador de Capivari S.A. a comparecerem à Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no proximo dia 27 de abril de 1976, às 10 horas, na sede da Em presa em Capivari, município de Tubarão, Estado de Sante Cata rine, para deliberarem sobre a seguinte: DRDEM DO DIA - L. Lei tura, exame, discussão e aprovação do relatório da Diretoria, Balanço Geral, demonstração da conte de Lucros e Perdas, pa recer do Conselho Fiscal e demais documentos relativos ao exer cício social, encerrado em 31.12.1975 - 2. Distribuição do re sultado. - 3. Eleição de Diretoria e do Conselho Fiscal. - 4. Fixação dos honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal. -5. Ratificação das fianças concedidas à Carbonífera Prospera S.A. - 6. Outros assuntos do interesse da Sociedade. Tubarão, 5 de março de 1976. Aloyeio de Silva Moura - Presidente". O senhor Presidente decidiu submeter è deliberação da Assembléis o item 1º da ordem do dia. Para tal informou que se encontravam sobre a mesa cópias dos documentos relativos ao Balan go Geral de exercício de 1975, publicados no Diário Oficial / de 2 de abril de 1976 e no jornal "O Estado" de 2 de abril de 1976 à disposição dos acionistas e solicitou a mim, secretario, que procedesse à leiture dos aludidos documentos. Pedindo a pa levra, o representante do acionista Companhia Siderurgica Nacional, Engenheiro Carlos Mério Tabert, solicitou Posse dia peneade a leitura des referidas peças por já serem do conheci mento de todos, exosto o Perscer do Conselho Fiscal. O senhor Presidente submeteu à votação a proposta, que foi aceita por unenêmidade, sendo então lido o Perecer de seguinte teor:"Atm da Reunião Especial do Conselho Fiesel do Lavedor de Capivari S.A., realizada aos 16 de merço de 1976. De abairo essinados, membros efetivos do Conselho Fiscal do Lavador de Cepivari Sa A, reunidos na sede social em Capivari de Baixo, município de .. Tuberão, realizaram a sua reunião especial para procederem so exame des contes de Diretoria, o Balanço Geral e a conte de Lucros e Perdes referentes en exercício de 1975, e após e verificação de toda a décumentação existente, que foi encontra da em perfeita ordem e sem qualquer anormalidade ou fraude, eso de opiniso que os referidos documentos poderso ser aprova dos pela Assembléia Geral dos Acionistas, pelo que emitem o seguinte parecer: Parecer do Conselho Fiscal: O Conselho Fis-cel do Lavador de Capivari S.A., por seus membros abaixo assi

nados, tendo procedido so exame periódico nos livros, contas e documentos da Sociedade, aprove o balanço geral e a demonstração da conta de Lucros e Perdes, referentes eo exercício de 1975, e tendo encontrado tudo em perfeita ordem, é de parecer que sejam as referidas contas e balanço aprovadas em Assembléia Geral, por se acharem em perfeitas condições. Tuba rão, 16 de março de 1976. Walter de Souza Raymundo, Jaubert Braga Vieria de Fonseca, Francisco Adolfo de Silva." Em segui da declarou em discuseão o Relatório de Diretoria. O Balango Geral e a Demonetração da Conta Lucros e Perdas, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, Franqueando a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como ninguém se manifestasse, colecou em votação a matéria referente ao item 1º da ordem do dia, tendo sido aprovada por unanimidade. Quanto ao 1tem 2º de ordem do dia, relativo so distino a ser dado aos lucros suspensos, o re Presentante do acionista Companhia Siderurgica Nacional propós que os lucros suspensos de Cr\$ 2.082,962,24 (dois milhoss citenta e dois mil novecentos e sessenta e dois cruzeiros e vinte e quatro centavos) fossem distribuidos da seguinte formas a) Dividendos - Cr\$ 1.101.600,00 (Um milhão cento e um mil e seiscentos cruzeiros) para pagamentos de dividendos de 6% para as ações ordinárias e preferenciais; b) Cratificação a Diretoria e participação dos empregados - reservar a importância de Cr\$ 786.727,46 (Setecentos e oitenta e seis mil se tecentos e vinte e sete cruzeiros e quarenta e seis centavos) de forma que permita a distribuição aos Diretores da importên cia de até Er§ 113.036.78 (Cento e treze mil trinta e seis cruzeiros e setenta e oito centavos) e aos empregados a impor tância de até Cr\$ 673.690.68 (Seiscentos e setenta e três mil seiscentos e noventa cruzeiros e sessenta e oito centavos), permanecendo na Conta de Lucros Suspensos a importancia de Cr\$ 194.634.78 (Cento e novente e quatro mil seiscentos e trinta e quatro cruzeiros e setenta e oito centavos) ou mais, para posterior aplicação. Posta em votação, a proposta apresentada foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o senhor re sidente colocou em discussão o item 3º da ordem do dia releti vo a eleição dos Diretores e dos membros do Conselho Fiscal. Pedindo a palavra o acionista da Companhia Siderurgica Nacional, por seu representante, propôs à assembléia que l'ossem ree leitos como membros da Diretorias Para presidente Engenheiro Aloysio de Silva Moure, para Diretor Superintendente Fisico Roberto Vasconcellos Nóvoa, para Diretor de operação Engenhei ro Gecy Roche e para membros titulares do Conselho Fiscal reg leito Jaubert Brage Vieira da Fonseca, eleitos Francisco Adol pho da Silva, brasileiro, casado, com 48 anos de idade, filho de Francisco Adolpho da Silva e de Custódia Rocha da Silva, residente e domiciliado a rua Marcelo Lodetti, nº 303, na cidade de Criciuma- SC, portador de Certeire de Identidade re gistro nº 171293, expedide pela Secretaria de Segurança e Informações, do Instituto de Identificação Médido Legal de Flo rianopolis - SC, portador do CPF ng 009.807.229; Luiz Felix / da Silva Junior, Brasileiro, Casado, com 53 anos de idade, Fi lho de Luiz Felix de Silve, e de Maria Julia de Silva, residente e domiciliado a Rua Henrique Lage, nº 295, apto 01, na cidade de Criciume - SC, portedor de Carteire de Identidade, Registro nº 270418, expedido pelo Secretario de Segurança e Informações, do Instituto de Identificação Médico Legal de Flo rianopolis - SC, e do CDF no 102.385.069 a para suplentes eleitos: Affonso Alves Baptiste, Brasileiro, casado, com 61 a nos de idade, filho de Leocadio Batista e Arminda Alvas Batia ta, residente e domiciliado a Rua Capitão Resende, 206, casa 19, ne cidade do Rio de Jeneiro - RJ, portador de Certeire de Identidade 317026, expedida pelo Instituto Felix Pacheco da cidade do Rio de Jeneiro e do CPF nº 042.546.197; Lucas Osval do Cruz, brasileiro, casado, com 36 anos de idade, filho de Osvaldo Pereira da Cruz e de Tereza Gonçalves da Cruz, residen te e domiciliado a Rua São Paulo, nº 21, na cidade de Criciúma - SC, portador da Carteira de Identidade Registro nº204903 expedide pelo Instituto de Identificação Médico Legal, de flo rianopolis - SC, e do CPF no 108.922.819 e José da Caridade Pereira, brasileiro, casado, com 46 anos de idade, filhe de Silvio Antonio Pereira, e de Rita Pacheco da Silva, residente e domiciliado a Rue Natal Sertor, nº 318, ne cidade de Criciú ma - SC, portador da Carteira de Identidade Registro nº IR/ 231.365, expedida pela Secretaria de Segurança e Informações do Instituto Médico Legal de Florianópolis - SC, e do CPF nº

009.289.259. O senhor Presidente colocou em discussão a preposta e não havendo quem se manifestasse, submeteu-s a vota-ção, verificando-se a sua aprovação por unanimidade. Em segui da o senhor Presidente solicitou ace senhores acionistas que se menifestassem sobre o item 4º de ordem do dia relativo Pixação dos honorários da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. Com a palavra o acionista Companhia Siderúrgica Nacio nal, por seu representante, propôs à Assembléia que fosses fi xados os honorários da Diretoria para o corrente exercício, da seguinte mensiras para o Diretor Presidente, quendo em regime de tempo integral, Cr\$ 26.552,56 (Vinte e seis mil,quinbentos e cinquenta e dois cruzeiros e cinquenta e seis centavos) men sais e quando em regime de tempo parcial, Cr\$ 3.982,88 (Três mil novecentos e oitente e dois oruzeiros e oitente e oito cen tavos) mensais e para os demais Diretores, quando em de tempo integral, Cr\$ 25.214,53 (Vinte e cinco mil duzentos e quatorza cruzeiros e cinquenta e três centavos) Cr8 3,782,17 (Três mil setecentos e citenta e dois cruzeiros e dezessete centavos) mansais, quando em regime de tempo parcial; e como honorários mensais do Conselho Fiscal, quando em efetivo exercício, o valor correspondente a Cr\$ 532,00 (qui nhantos e trinta e dois cruzeiros). Propôs sinda, que a Asses bleia ratificasse o aumento dos honorários de Diretoria ocer rido em 1º de Julho de 1975. O senhor Presidente colocou em discussão a proposta e não havendo quem se manifestasse, colo cou-a em votação, verificando-se a sua aprovação por unanimidade. Em seguida o Senhor Presidente colocou em discussão o i tem 50 da ordem do dia esclarecendo que em 1971 Lavador de Ca pivari S.A. concedeu fiança à Carboniffera Prospera S.A. nos contratos por ela realizados com o Banco do Investimento do Brasil no valor de US\$ 311.858,89 (Trezentos e onze mil oitocentos e cinquenta e oito dolares e oitenta e nove centevos) e que em 1975 concedeu fiança à Carbonifera Prospera S.A. nos contratos por ela realizados com o Banco de Investimento do Brasil, no valor de US\$ 2.430.000.00 (Dois milhões quatrocen tos e trinta mil dólares). Assim, solicita sejam estas fianças concedidas, ratificadas pela Assembléia Geral de Acionis tas. Com a palavra o acionista Companhia Jiderurgica nal, por seu representante, propôs fossem ratificadas as fian ças concedidas à Carbonifera Prospera 5.A. D senhor Presidende pos em discussão a propesta e não havendo quem se manifestasse, colocou-a em votação, verificando-se a sua aprovação por unanimidade. Finalmente, em atenção ao item 6º da do dia, o senhor cresidente franqueou a palavra a quem Jasse fazer uso dela para discussão de qualquer outro assunto de interesse da Sociedade, Não havendo quem se manifestasse, o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspenden do a Assembléia pelo tempo necessário à latratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi por mim, secretário, feita a lei tura da ata que, achada conforme, foi assinada por todos sa acionistas presentes. Tubarão, 27 de Abril de 1976.Presidente Aloysio da Silve Moura - Secretário Arno Francisco de Albuquerque Hubbe - Companhia Siderurgica Nacional Engo Carlos Na rio Tabert - Imobiliária Santa Cecília S.A. - CECISA Engo Car los Mário Tabert - EDLAN-Emissão e Dianejamento de Seguros S. A. Engo Carlos Mário Tabert - Óleos de Palma Agro Industrial 6.A. - OPALMA Engo Carlos Mário Tabert - Cia. Brasileira de Projetos Industriais-COBRAPI Engo Carlos Mário Tabert - Carbo nifera Prospera 5.4. Engo Aloysio da Silva Moura-SOTECNA-SOC. Tecnica de Adm. e Corretagem de Seguros Ltda. Engo Carlos Mario Tabert - Fundação Educ. Sylvio Raulino de Oliveira Engo Aloyeio de Silva Moure.

Confere com o original transcrito no livro de Atas, às fls. 47 a 50.

Aloyelo da Silva Moura
Presidente

Arno Francisco de Albuquerque Hubbe

87 30,00

Secretário

ARQUIVADO SOB Nº 44431/76... JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA — FLORIANOPOLIS — DATA 27../...07..../76.... JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIDAO — certifico que este documento foi arquivado sob número e data estampado mecanicaments. — Francisco Paulo Kaesemoldel — Secretário Geral.

BCUBBEO 1 M

otours à vou

Ldade, La sept

acionistas ,

a solutive

os do Couselle

erurgica lieti

que l'osses !

exercício,q

ando sa regia

11, quinbente

centavoa) eg

982,88 (Trie

nta e oitom

ill duzentos

mensels ,

cruzeiro

tempo per-

o quando es

532,00 (qui

QUE a Asses

toris oco:

olocou m

tasse, colq

or unaniai.

Cussão o I

ador de Ce

B S.A. nos

mento do

mil oito-

centevos)

S.A. nos

ento do

uatrocen

s fian-

Acionis

Hacio-

as fien

esiden-

nifes-

OVEÇBO

orden

ssunto

tasse,

penden

esente

a' 161

idente

Albu-

108 Mg

ngo Cag

JE08 5.

ustrial

Carbo

1A-50C.

Engo

dese

99

EMPREZA CINE DIVERSÕES SANTA CATARINA S.A. CGC. do MF. 85.601.441/0001-00 ATA DA DÈCIMA QUARTA (14º) ASSEMBLÈIA GERAL EXTRAORDINÀRIA. Aos cinco (5) dias do mês de junho do ano de mil novecentos se tenta e seis (1976), na séde da sociadade, à Praça Dr. Hercilio Luz nº 19, neste cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, reuniram-se acionistas da "Empresa Cine Diversões Santa Caterina S.A., em Assembleia Geral Extraordinária, estando presentes acionistas totalizando mais de 2% (dois terços) do capital social com circito a voto, conforme ficou constatado pelo respetivo Livro de Presenças. Por aclamação dos presentes, assu miu a presidencia dos travalhos, o acionista Nillo Boni que, em seguida, convidou a mim, João Farani Mansur Querios, para servir como secretário. Constituída assim a mesa dos trabalhos, o er. Presidente deu por aberta a reunião determinando, em seguida, fosse lido o edital de convocação, o que fiz, sendo o mesmo do seguinte teôr: "Empresa Cine Divercões Santa Catarina S.A. -CGC.do MF. nº 85.601.441/0001-00. Assembleia Geral Extraordinaria. Edital de Convocação. O Conselho Fiscal da Empresa Cine Di ver ões Santa Catarina S.A., estribado na letra "a", do art. 89 combinado com o nº V, do art. 127, do Decreto Lei nº 2627, de 26 09.40, convoce os Sre. Acionistas desta Empresa para reunirem-se no proximo dia 05 de junho de corrente ano, às 14 (catorze)horas, na sede social à Praça Dr. Hercilio Luz, 19, nesta cidade, efim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Renuncia coletiva de diretoria; b) Eleição da nova diretoria, para preenchimento dos cargos de Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Comercial, e fixação de seus respetivos honorários; c) Prestação de contas da Direto ria demission: ria; d) Apraciação sobre a viabilidade de aumento do carital social, proposição, estudo e fixação do mesmo aumento, parte com aproveitamento des reservas e parte por subscrição pública; e) Cutros assuntos de interesse social. Porto Uniao, 15 de maio de 1976. (aa) Mario José Meyer. Millo Moni. Decio Ferreira Gringo." - Esclareceu o Sr. Presidente e que dito edital foi públicado no Diário Eficial do Estado de Santa Catarina, nas edições de 20, 21 e 24 de maio do corrente ano, bem como no jornal loc: 1 "O Comércio", nos dias 22, 26 e 29 de maio do corrente ano. - A seguir, o Sr. Presidente, tendo em frente/ o item "a" do edital de convocação, comunicou aos presentes de que se encontrava sobre a mesa a carta-renuncia firmada por toda a diretoria, e, assim, solicitava que a Assembléia se mani-festasse a respeito. Após várias considerações a renuncia foi eceita e por proposta do acionista Horst Egon Moecke, foi proposto um voto de louvor á mesma pelo esforço dispendido para dar -por inaugurado e funcionado o sator hoteleiro da empresa. A propo sição foi aceita por unanimidade, com restrição do voto do propo nente. - Em seguida, a diretoria demissionaria fez a devida pres tação de contas de sua gestão as quais, mesmo com restrição d e alguns documentos e explicações pendentes, submetida à aprecisção de Assembléia, foi devidemente aprovada. - Em continuação, o sr. Presidente fez ciente a Assembléia sobre o item referente a eleição de nove diretoria que, uma vez eleita, iris completar o mandato da demissionaria. Por sugestão do acionista Adelardo --Janssen e aclamação da Assembléia, foi considerada eleita e seguinte e nova diretoria, a saber: para Diretor-Presidente, Horst Egon Moecke, de nacionalidade brasileira, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na cidade de União da Vitória, Esta do do Parana, à Av. Bento Munhoz da Rocha Neto nº 345, portador/ do Titulo de Eleitor nº 5.583, de 33º Zone Eleitoral-PR. - pare Diretor Vice-Presidente, João Farani Mansur Guérios, de nacionalidade brasileira, casado, bacharel em direito, residente e domi ciliado na cidade de União de Vitória, Perané, à rua Dr. Cruz Ma chado nº 81, portador do Titulo de Eleitor nº 1798, de 33º Zona Eleitoral-PR.; e, para Diretor-Comercial, buiz João Schumacher,de nacionalidade brasileira, casado, comerciante, residente e do miciliado na cidade de União de Vitória, Paraná, à rua Professora Amazilia nº 98, portador do Titulo de Eleitor nº 3.887, da 338 Zone Eleitorel-PR. - A Assembléia, sto continuo, pre-fixou os ho norários de diretoria, dentro das seguintes bases: so Diretor --Presidente - 8200,00 (Duzentos cruzeiros); so Diretor Vice-Presi dente - \$100,00 (Cem cruzeiros); e so Diretor-Gerente - 3400,00-(Quatrocentos cruzeiros). Referides importâncias, como fez sentir o Sr. Presidente, muito embors percebides, eram simbólicas,-

num gesto digno dos membros de diretoria, efim de no momento, e-

te fez sentir à Assembléis os encargos assumidos pela Empresa, no sentido de poder dar por inaugurado o setor hoteleiro. Fez uma pormenorizada exposição do setor financeiro da sociedade, levando so conhecimento dos srs. Acionistas de que se fez uso do emprestimo que havis sido sutorizado anteriormente, na ordem de Oi tocentos e cincoenta mil cruzeiros, e que, sinda assim, houve ne cessidade de novos gastos que atingiram a casa de quasi quatro-centos mil cruzeiros. Com tais recursos, emprestimo e credito em compras, as instalações totais do hotel as aproximaram da conclu são. No entretanto, so par disso restou a obrigação de saldar di tos compromissos, sendo parte deles a médio e a curto prazo, dian te disso, o Conselho Fiscal, enalisando e situação financeira e es possibilidades de recursos eminentes, chegou a conclusão d e que se fazia necesaário um expressivo aumento do capital, ocassi eo em que, então, seriem tambem aproveitades todas as reservas. -Assim, diante da exposição feita, propunha que a Assembléia deli berasse fosse procedida uma nova reunião extraordinária, na qual deveria ser analisado e aprovado a presente proposição, isto e:a) um sumento na ordem de 31.099.000,00 (Hum milhão e novente no ve mil cruzeiros), com aproveitamento das reservas e destribuide entre os acionistas, como bonificação, gratuitamente, na proporção de 100% (cem por cento) das ações que possuirem; b) um aumen to, em dinheiro, por subscrição pública, na ordem representativa de 81.202.000,00 (Hum milhão duzentos e dois mil cruzeiros), reservando-se o direito preferencial dos acionistas, dentro de 30dias, após aprovado; c) que, então, o capital social que era de \$1.099.000,00 passaria para \$3.300.000,00 (Tres milhões e trezen tos mil cruzeiros), com a devida alteração parcial dos Estatutos. Conclamados os Srs. Acionistas pera se manifestarom sobre a maté ria ventilada, foi a mesma aprovada por unânimidade, com restrição dos votos daqueles legalmente impedidos de votar. - A seguir o Sr. Presidente deixou livre a palavasa tendo feito uso da mesma o Acionista, Horst Egon Moecke que, em breve exposição, fez sentir a gravidade atual da Empresa no setor financeiro, pelo --que solicitave a cooperação de todos no sentido de absorver a parte disponivel do aumento do capital, em dinheiro, uma vez que foram beneficiados pela bonificação. Os acionistas presentes foram todos unanimes em dar o seu irrestrito apoio, como tambem in centivar os demais ausentes para que desse a sua participação ative nesse expressive manifestação de sociedade. - Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu os presentes e disse/ de satisfação que sentiu em verificar o interesse e a compreen-são demonstrada nessa Assembléia e desde já antevia um futuro de Pato promissor para as novas atividades da empresa. Como ninguem mais solicitasse o uso da palavra, o sr. Presidente deu por encerrada a presente Assembleia, Pazendo sentir aos srs. Acionistas de que, em breve, outra seria convocada, para os fins mencionados e deliberados nesta. Lavrei a presente ata que lida e --chada conforme, vae por todos devidamente assineda. (as) Nillo -Boni. João Farani Mansur Guérios. Adelardo Janssen. Josué de Oli veira. Luiz João Schumecher. Horst Egon Moecke. Frank Eugenio -Moecke. Gringo S.A.-Medeires. - Serraries Reunides Irmãos Fernan des S.A. Nillo Boni. - Empresa Cine Diversões Ltde. Adelardo Jans sen. Sadala Domingos. Gregorio Walgstch. Dalila P. Schumacher. -Casa Petry Ltds. e Roberto Samuel Petri.pp. Luiz João Shumacher. Jorge Schumacher. João Nativo dos Santos. Nelson Straube. Huberto Codagnone. João Codagnone." - A presente ata é cópia fiél da que se encontre lançada no Livro Próprio nº 1, Pls. 51 a 52;-

vitar encargos honerosos a sociedade. - A seguir, o Sr. Presiden

Porto União, 05 de junho de 1976. NILLO BONI - Presidente 8260/20 João Farani Manaur Guérios Secretério.

ARQUIVADO SOB Nº 44446/76 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CA-TARINA - FLORIANOPOLIS - DATA .27. / ... 07. / ... 76 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIDAO — certifico que este documento foi arquivado sob número e data estampado mecanicamente. — Francisco Paulo Kaesemoldel — Secretário Geral.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÂRIA DA SOCIEDADE CIVIL
INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, REALIZADA EM 27-06-1976.

Aos vinte e sete de junho de mil novecentos e setenta e seis, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária, os membros (sócios) do INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, sob a presidência de sua Diretora legal Irmã Maria Albertina (Maria Odila de Pinho) para tratar assuntos de suma importância do INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES.

Aberta a sessão a presidente convidou a mim Irma Iolan da dos Santos: para secretariar os traba lhos. Tomando em seguida a palavra a presidente declarou que o motivo desta convocação é: revisão, reforma, coordenação e supressão estatuária bem como, o estudo para a atualização dos Estatutos do INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, em alguns de seus artigos cuja finalidade não atingiu, os objetivos para os quais foram criados; bem como, juntar à deno minação: INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES o nome da Congregação a que pertence e o do Fundador ficando assim: INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES DAS PEQUENAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DA CARIDADE (DOM ORIONE).

Procedeu-se a leitura dos Estatutos atuais seguida de debates em grupos durante 1 hora; resultando:
A reforma dos artigos:1,2,3,4,6,10 e 15. Coordenação dos artigos 5, 7,9, 11, 12, 13, 14, e 16. Supressão do artigo 8.

Para a atualização concreta dos Estatutos do INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES, procurou-se estudar a sua finalida
de de origem, chegando à conclusão de que a instituição criada
para os pobres, deveria manter o espírito característico do Fundador das Pequenas Irmas Missionárias da Caridade, que ésbenefi
ciar o pobre, o operário em suas necessida desidando aos seus
filhos instrução pré-escolar e assistência a domicílios.

deunida novamente a Assembléia no plenário com a cola boração unânime de todos os membros, foi feita a redação dos Estatutos em sua nova forma, a qual vem transcrito logo abaixo da presente ata, estando a Assembléia, em sua totalidade de pla no acordo com o conteúdo de seus artigos.

Não hevendo nada mais a tratar deu-se por terminada a reunião, e para constar foi lavrada a presente ata a qual será assinada peles membros da Diretoria abaixo da transcrição dos Estatutos.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES DAS PEQUENAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DA CARIDADE (DOM ORIONE)

CAPITULO I

De denominação, sede e fins

- Arte 1-0 INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES das Pequense Irmas
 Missionárias da Caridodo (Dom Orione), fundado em 16 de fevereiro de 1958, é uma entidade de fins filentrópicos, de
 caráter beneficiente, educativo, cultural e assistencial, te
 tem por finalidade a assistencia às familias dos operários
 com visitas domiciliares e orientação para o Lar, instrução
 pré-escolar a seus filhos na faixa etária de 0 a 6 anos em
 regime de externato em postos de puericultara e jardim de
 infância, sem distinção de raça, cor, condição social, oredo
 político ou religioso.
- Artº2-A sociedade sivil INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES das Pequenas Irmas Missionárias da Caridade (Dom Orione)funcionará por tempo indeterminado e terá a sua sede na cidade de Siderópolis, Estado de Santa Catarina, à Avenida 19 de Dezembro nº 25.
- Artº3-0 INSTITUTO NOS. A SENHORA DE LOURDES des Pequenes Irmas Missionáries de Caridade (Dom Orione) terá uma organização interna composta de religiosas, que formam a diretoria e os membros da entidade.
- Artº4-O INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES des Pequenes Irmas Missionéries de Caridade (Dom Orione) se constitui personalida de jurídica autonoma e independente, mas não de modo absoluto porque é de propriedade da Congregação das Pequenes Irmas Missionéries da Caridade (Dom Orione) e depende da superiora provincial. Sem a sua autorização o Instituto Nossa Senhora de Lourdes não pode fazer gastos que ultrapassem so valor proporcional de 10 salários mínimos vigentes.

CAPITULO II DOS SÓCIOS

Arte 5-0 INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES des Pequenes Irmes Missionéries de Caridade (Dom Orione) é administrado pelos seguintes organs:

- a) Assembléis Geral
- b) Diretoria.
- Arto 6-A Assembléia Gerel é constituida pela direteris e pelas re ligiosas membros de Institute Nessa Senhore de Lourdes.
- Arts 7-0e sócios membros do Instituto Nossa Senhora de Leuries não respondem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações sociais de entidade.

CAPITULO III

DA ORGANIZAÇÃO

- Arto 8-0 Instituto Nossa Senhere de Lourdes será siministrado por uma Diretoria composta dos seguintes cargos: Diretora, Secretária e Tescureira. Seu mandato será de tres anes, podendo haver reeleição.
- Arts 9-A Assembléia Geral se reune, em carate ordinário uma vez por ano, em carater extraordinário, sempre que a diretera com o parecer favorável da Direteria o julgar conveniente.
- Arte 10-As atividades de diretoris e des membres serso inteiremen te gratuitas, sende vedada a distribuição de lucros bonificações ou vantagens à dirigentes, mantenedores ou associados, sob qualquer forms ou pretesto.
- Arts 11-Compete à Assembléis Geral:
 - a)Eleger a Diretoria.
 - b)Examinar o balanço do último exercício e aprovar o pros grama de ação, apresentado pela diretoria pare o ano entrante.
- c)Reformer o presente estatuto por proposte de Diretoria.

 Artº 12-As stas das Assembléias Gerais serso assinadas pelos mambros de Diretoria depois de aprovadas, no final des reunioes das mesmas.
- Art 13-Compete & Diretore:
 - a) convocar e presidir as Assembléias Gerais ordinárias (extraordinárias,
 - b) cumprir e fazer cumprir este Estatuto,
 - c)resolver os casos omissos do Estatuto,
 - d)sdmitir e demitir funcionários,
 - e)edossar e emitir cheques e ordens bancáriss,
 - f)representar o Instituto Nossa Senhora de Lourdes ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente,
 - g)constituir advogados e mandatários,
 - h)dirigir e orienter tôde a stividade do Instituto Nosca Senhora de Lourdes.
- Arto 14-Compete à Secretarie:
 - a)secretariar as reunioes e redigir as competentes atas,
 - b)publicar todas as noticias des stividades de entidade,
 - c)elaborar os relatórios das atividades, em conjunto com os demais membros da Diretoria,
- d)ter em ordem os arquivos e tratar dos registros do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, junto so Conselho Nacional de Serviço Social e outros registros de interesse da mesma.
- e)substituir a Diretora em seus Ampendimentos.
- Arto 15-Compete à Tesoureire:
- e)arrecadar e contabilizar as contribuições e renass de qualquer tipo, donativos em dinheiros ou espécies, mantendo em dia toda es crituração comprovada,
- b)pager todas as contas, e autorizar as despesas sempre com visto da Diretora,
- c)endosser e emittr cheques e ordens bancárias
- d)apresentar relatórios da receita e despesa, sempre que forem so licitados, e anualmente para submete-los à Assembléia Geral.

CAPITULO IV

DO PATRIMÔNIO

- Artº 16-0 patrimônio do Instituto Nosas Senhora de Lourdes das Pequenas Irmas Missionárias da Caridade (Dom Orione) será constituido de móveis e imóveis, utensilios, semoventes do nativos olegados que possui ou venha a possuir, suxilios oficiais e subvenções de podêres públicos, federais, estadusia e municipais
 - § Unico-Todos os bens da entidade serão aplicados exclusivamente dentro do território nascional.

CAPITULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Arto 17-0 Institute Nossa Senhora de Lourdes será dissolvido quan de se ternar impossível a continuação de suas atividades, e que se pederá acontecer por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim. §-Unico-Extinta a entidade, pagos todos os compromissos,

o remanescente de seus bens será entregue a congregação das Pequenas Irmas Missionárias de Caridade (Dom Orione), para serem aplicados em outra obra congênere, sempre assediada no Estado de Santa Catarina, ou passará a outra obra de carater beneficiente e em último so poder público. A Assembléia Geral encerrará as atividades.

Arto 18-O presente ESTATUTO que podem ser reformades em qualquer tempo, por decisso absoluta da maioria de seus membros, em Assembléia especialmente convocada para este fim, entreva em vigor logo após serem registrados no Cartório de Registros de Títulos e Documentos de Pessõa Jurídios.

DIRETORA: Lima eMaria eDeletina (eMaria Odila delinho estera la coma dela delinho estaria)

TESOUREIRA: Lamá maria balete i Ana misia wiachada)

SOCIEDADE ANDNIMA DE CARITAL ABERTO

A. Gonzaga S.A. Construtora .
Sociedade Anônima de Capital Aberto
CGC/MF 83.873.984/0001-42 GEMEC RCA 220-76/249

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade para se reu nirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no día 9 (nove) de agosto de 1976, às 18,00 (dezoito) horas, na sede social à rua Arcipreste Paiva nº 11, nesta cidade, para deliberarem sobre a seguinte ordem do día:

- 1º Alteração do tipo societário para sociedade anônima de ca pital autorizado, com o capital autorizado de Cr\$...... Cr\$40.000.000,00 (quarenta milhoes de cruzeiros), dividido em 20.000.000 (vinte milhoes) de ações ordinárias e 20.000.000 (vinte milhoes) de ações preferenciais todas no minativas do valor nominal de Cr\$1,00 (hum cruzeiro), con sequentemente alteração parcial do Estatuto Social.
- Aumento do capital subscrito dentro do limite do autoriza do de Cr\$15.362.739,00 (quinze milhoes, trezentos e sessen ta e dois mil setecentos e trinta e nove cruzeiros); para de até Cr\$21.362.739,00 (vinte e um milhoes trezentos e sessenta e dois mil setecentos e trinta e nove cruzeiros), com emissão de 6.000.000 (seis milhoes) de ações sendo ... 2.000.000 (dois milhoes) ações ordinárias e 4.000.000 (qua tro milhoes) de ações preferenciais, todas nominativas.
- As ações serão colocadas inicialmente por subscrição par ticular pelo valor de Cr\$1,00 (hum cruzeiro) cada uma, no praco de 60 (sessenta) dias, ficando assegurado aos atuais acionistas o direito de preferencia na proporção possuida, findo este prazo as sobras serão colocadas a público com um agio de Cr\$0,10 (dez centavos).
- De acordo com a Resolução nº 362 de 12 de março de 1976 do Banco Central do Brasil os subscritores poderão abater de sua declaração de rendimentos do Imposto de renda até 188.

59- Outros assuntos de interesse social.

Florianopolis, 29 de julho de 1976.

Admar Gorzaga 8261/15
Diretor Presidente

MORANDINI DE MARCO SA - COMÉRCIO DE VEÍCULOS

CGC-MF. Nº. 83.297.366/0001-00

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA QUE APROVA AS CONTAS DA DIRETORIA DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 31-12-75 E TOMA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Aos (31) trinta e hum dias do mês de maio de (1976) - hum mil, novecentos e setenta e seis às (08,00) oito horas, na sede social à Av. Getulio Vargas (2853) número dois mil, oito-

centos e cinquenta e três, reuniram-se os acionistas da MORAN-DINI DE MARCO SA COM DE VEÍCULOS, sociedade devidamente consti. tuida conforme instrumento arquivado na MM. Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº. (7.581) sete mil, quinhentose oitenta e hum, em sessão de (26-06-47) vinte e seis de junho de hum mil, novecentos e quarenta e sete, atendendo ao Editalde convocação publicado no Diário Oficial do Estado nos dias -17-05-76, 18-05-76 e 19-05-76 edições nº. 10.484, 10.485 e 10486 bem como no Jornal Fôlha D'Oeste nas edições de número 579-580 e 581, nos dias 15-05-76, 22-05-76 e 29-05-76. Presentes segun do se constatou através das assinaturas apostas no Livro de Pre senças, acionistas que representavam mais de (2/3) dois terços do Capital Social. Foram aclamados para presidir e secretariar, respectivamente aos Senhores Thomaz Morandini e Erna Damschi De Marco. Dando por abertos os trabalhos o Senhor Presidente decla rou instalada a Assembléia Geral, revestindo-se das formalidades legais. Então pediu ao Secretário que lesse em voz alta, pa ra conhecimento de todos o texto integral do Edital de convoca ção, onde constava a ordem do dia. MORANDINI DE MARCO SA COM. DE VEÎCULOS, CGC-MF nº.83.297.366/0001-00 - Aviso - Comunicamos aos Senhores acionistas que acham-se a disposição na sede social os documentos a que se refere o art. 99 do DL. 2.627/40. ASSEM BLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Ficam convocados os acionistas desta emprêsa para a Assembléia Geral Extraordinária, à realizar-se no dia 31 de maio de 1976 às 8 horas na sede social à -Av, Getulio Vargas 2853, nesta cidade, para tomarem conhecimen to e deliberarem sôbre a seguinte ORDEM DO DIA. 12)- Leitura,discussão e aprovação do relatório da diretoria, balanço geral, demonstrativo da conta lucros e perdas e parecer do consêlho fiscal, relativo ao exercício de 1975. 2º)- Destinação dos sal dos deixado à disposição da Assembléia Geral no valor de Cr\$.. 212.930,71-32)- Eleição do Diretor Gerente e Conselheiros Fiscais. 4º)- Aumento do Capital Social de Cr\$. 3.880.000,00 para Cr\$. 5.000.000,00, mediante a incorporação das seguintes reser vas: a) Reserva especial no valor de Cr\$. 114.603,01 b) Reserva de Manutenção do Capital de Giro Proprio Cr\$.511.589,00 c)-Reserva de correção monetária Cr\$. 354.963,34 d) Reservas de par ticipações Cr\$. 40.490,00 e)- Reserva p/aumento do capital Cr\$ 98.354,65 Total do aumento Cr\$. 1.120.000,00 5º)- Alteração do art. 6º do estatuto social 6º) - Outros Assuntos de interessesocial. Chapecó SC, 30 de abril de 1976 Thomaz Morandini - Diretor Presidente CPF 132104089-04. Finda a Leitura o Sr. Presi dente disse que esta Assembléia, entre outras providências, substituia a uma Assembléia Geral Ordinária que deixou-se de realizar à época oportuna por absoluto motivo de fôrça maior, tudo de acordo com o que institui o Art. 98 do D.L. 2627/40 e o art. 30 do Estatuto Social. De outro lado, pediu ainda ao Se cretario que em voz alta procedesse também a leitura do Relató rio da Diretoria, Balanço Geral, Demonstrativo da Conta Lucros e Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal que os acompanha, e que se encontram publicados no Jornal Fôlha D'Oeste no dia 24 de a bril de 1976, página nº 05 e no D.O.E. na edição do dia 17 demaio de 1976, página nº. 44. Concluida esta parte do período o ficial passou a discução e logo após a votação, tendo-s e regis trado uma aprovação integral, e sem ressalvas, tudo como consta va dos documentos recem lidos. Quando ao saldo deixado a disposição da Assembléia Geral no valor de Cr\$. 212.930,71(duzentos e doze mil, novecentos e trinta cruzeiros e setenta e hum centa vos), os acionistas presentes por unanimidade decidiram: Destinar uma parcela no valor de Cr\$.116.400,00 (cento e dezesseismil e quatrocentos cruzeiros), distribuidos aos atuais acionistas a título de dividendos e o saldo no valor de Cr\$.96.530,71 (noventa e seis mil, quinhentos e trinta cruzeiros e setenta e hum centavos), integralmente à conta Reserva para Aumento do Ca pital, uma vez que a Reserva para integridade do capital, capi tulado no art. 130 do D.L. 2627/40 já havia sido consignado no balanço geral e demais peças aprovadas. A esta altura, o Sr. -Presidente disse que já havia-se esgotados os itens primeiro e segundo da ordem do dia, e que passar-se-ia ao seguinte, paraque solicitou aos presentes a apresentarem um nome que será eleito Diretor Gerente para exercer o cargo no mandato até 30 de setembro de 1978, isto posto apresentado o candidato, verificou se a reeleição do Sr. JOSÉ ANTÔNIO DE MARCO, brasileiro, casado residente e domiciliado a Rua Marechal Deodoro nº. 1768 nesta cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob nº. 004748009-20. Quanto ao cargo de Diretor Presidente, esclareceu o Sr. Presidente que não havia necessidade de nova eleição uma vez que o atual mandato tem vigência até 30 de setembro de 1978. De outro lado, ainda dentro do mesmo item do edital de con vocação foram escolhidos para conselheiros fiscais Efetivos e Suplentes os seguintes nomes: RUI SALUSTRIANO MULLER brasileiro, casado, contabilista, residente e domiciliado à rua Marechal Deo doro nº. 1446, nesta cidade, inscrito no CPF sob nº.003116509-53 reeleito; JACOB GISI, brasileiro naturalizado, de procedência -Russa, comerciante, residente e domiciliado à Rua Marechal Bormann nº. 1326, nesta cidade, inscrito no CPF sob nº.003121939reeleito; ALTAIR OLIMPIO MAGNO RAMOS, brasileiro, casado, bancá rio, residente e domiciliado à rua Marechal Bormann nº. 1387,nesta cidade, inscrito no CPF sob nº.133203609, reeleito; para conselheiros Efetivos. Para conselheiros Suplentes, os Senhores: IVO SCHARFF, brasileiro, casado, contabilista, residente e domi ciliado à Rua Marechal Deodoro nº.2388, nesta cidade, inscrito no CPF sob nº. 003117319-53 reeleito; AQUILINO RIGOTTO, casado, comerciante, residente e domiciliado à rua Marechal Deodoro nº. 2118, nesta cidade, inscrito no CPF sob nº.008420109-63 recleito; EDIR LOURENÇO SEBBEN, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade à rua Independência nº. 76, inscrito no CPF sob nº. 132163689-04, Carteira de Identidade 12R-103.326 Santa Catarina, expedida em 20-02-75, eleito. Prosseguindo a ordem do dia o Sr. Presidente disse que havia sob a mesa diretora, uma proposta da Diretoria ladeada por parecer do Conselho Fiscal, documentos estes que pediu ao Secretário que lesse em voz

18-18/1

ria e polai n de leardes de leardes e obrigações

nistrado per dretera, Sa anos, poden

onveniente, inteiremen Moros boni.

to un ver

o ano en-

Diretoria, pelos manlas reuni-

éries ,

ativa e

stas,

3380i

uto erviço

O COM

lquer

visto

ren so

dss Pe sers

zolus<u>i</u>

dades,

1110

081

alta, para conhecimento de todos cujos textos integrais são os seguintes: "EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA DA DIRETORIA" - Senhores Acio nistas: Considerando que existem benefícios fiscais vigentes na legislação do imposto de renda, que isenta a incorporação de reservas ao capital social; Considerando que a sociedade tem estes valores já contabilizados em conta de passivo não endgível; Con siderando que o aproveitamento de reservas é uma forma de retri buir ao capital que cada acionista já possui na sociedade, propõe que o capital social passe de Cr\$.3.880.000,00 (três milhões oitocentos e oitenta mil cruzeiros), para Cr\$.5.000.000,00 (Cin co milhões de cruzeiros), mediante o aproveitamento dos seguin tes valores: Reserva especial no valor de Cr\$.114.603,01, Reser va de manutenção do capital de giro próprio Cr\$.511.589,00 Reserva de Correção Monetária Cr\$.354.963,34, Reservas de Participações Cr\$.40.490,00, Reserva P/Aumento do capital Cr\$. - -98.354,65. Caso nossa proposta merecer a aprovação da Colenda Assembléia dos Senhores Acionistas, caberá alterar o Art.62 do Estatuto Social, pelo que desde já propomos a seguinte nova re dação. Art. 6º - O capital social é de Cr\$. 5.000.000,00 (Cinco milhões de cruzeiros), divididos em 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias nominativas, totalmente subscritas e integralizadas no valor nominal de Cr\$. 1,00 (hum cruzeiro), cadauma. Era o que nos competia propor no resguardo dos interesses sociais. Chapecó SC, 31 de maio de 1976. Thomaz Morandini - Diretor Presidente, José Antônio De Marco - Diretor Gerente. "PA RECER DO CONSELHO FISCAL"- Senhores Acionistas: Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Morandini De Marco SA Com. de Veí culos, reunidos especialmente para apreciarmos a uma proposta da Diretoria, que eleva o Capital Social para Cr\$.5.000.000,00 (Cinco milhões de cruzeiros) e altera o Art. 6º do Estatuto So cial, depois de examinarmos a matéria com a minúcia que cabe ap caso, somos de opinião que merece aproyação da Colenda Assembleia dos Senhores Acionistas. Chapecó SC, 31 de maio de 1976 - Rui -Salustriano Muller, Altair Olimpio Magno Ramos e Jacob Gisi -Conselheiros. Concluida a leitura dos documentos o Sr. Presiden te passou ao período de esclarecimentos debates e finalmente a votação, tendo-se registrado a plena e unânime aprovação do au mento e alteração do Art. 6º do Estatuto Social, tudo como cons tava dos documentos recem lidos, então, o Sr. Presidente decla rou oficialmente aumentado o capital para Cr\$.5.000.000,00 (cin co milhões de cruzeiros), bem como alterada a redação do Art.-6º do Estatuto Social. Esclareceu ainda que a distribuição das novas ações bonificadas, obedeceria ao disposto no Art.113 do D.L. 2627/40. Esgotada a ordem do dia o Sr. Presidente colocou a palavra livre pela última vez a disposição dos senhores acio nistas, como ninguem se manifestou o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos, determi nando antes que o Secretário lavrasse a presente no livro próprio, para que depois de lida e achada conforme fosse por todos assinada e ainda que dela extraisse quinze cópias de igual teor e forma para atendimentos das formalidades legais. Deixaram de votar os legalmente impedidos. THOMAZ MORANDINI - Presidente da Assembléia; ERNA DAMSCHI DE MARCO - Secretária da Assembléia; ADELE BOS MORANDINI; Representando seu filho menor DALTRO LUIZ MORANDINI assina ADELE BÓS MORANDINI, Representando seu filho menor FERNANDO RICARDO MORANDINI assina ADELE BÓS MORANDINI; JOSÉ ANTÔNIO DE MARCO; BEATRIZ BIANCHI DE MARCO E DOSOLINA DE MARCO MORANDINI. Declaramos que a presente ata é copia fiél da original, lavrada no Livro Próprio, às fôlhas 10 e verso, 11 e verso, 12 e verso e 13 do livro nº. 1, bem como são autênticas as assinaturas ali apostas.

Presidente da Assembléia

Tecretaria da Assembléia

8267/20

PROCOPIO GOTES DE OLIVEITA TECORPORADORA S/A - PROGISA Inser. C.G.C.H.F. 84.701.614/0001-90 Rua Dr.João Colin nº 1734 JOINVILLE - SC.

RELATORIO DA DIRETORIA

Sonhores Acionistas - Atendendo as disposições legis e estatutárias, vimos submeter a apreciação de V.Sas.o Balanço Geral da Sociedade referente ao exercicio de 1975 acomponhado da Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e do Parecer do Conselho Fiscal.

Para quaisquer outros esclarecimentos que julgarem neces sários colocamo-nos a inteira disposição de V.Sas.

Joinville, sc., 05 de fevereiro de 1976.

A DIRETORIA.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975.

| DISPONIVEL | ATIVO | |
|--|---------------------------------|------------|
| | | 9.605,86 |
| The state of the s | cio Progisa-Suldraga e Canavilo | 240.526,40 |

Terrenos, Incentivos Fiscais, Decr. Lei 157, Cons

| truções, Mov. e Otennilles, Maq. e Ferramentas e | The same of the sa |
|--|--|
| Embarcações | 31:774,80 |
| COMPENSAÇÃO | |
| Ações Caucionadas | 600,00 |
| TOTAL DO ATIVO | 282.507,06 |
| A STATE OF THE PARTY OF THE PAR | |
| NÃO EXTOTION | |
| NÃO EXIGIVEL | 57.668.70 |
| Capital, Fundo Res. Legal e Too. Reavaliação | .,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,, |
| EXIGIVEL TO THE TOTAL TO THE TOTAL T | ATTENDED TO SERVICE STATE OF THE PARTY OF TH |
| Vlr.CompromisTerreno.O/Gorrentes, Impostos. | 134.158,24 |
| Taxas a Pagar e Contas a Pagar. | |
| Exercicio Antendem Personale 3075 () Tando de | |
| Exercicio Anterior, Exercicio 1975(-)Fundo de | 90.080,12 |
| COI PENSAÇÃO | B. F. |
| Caucao do Directordo | 600,00 |
| Caução da Diretoria | 282.507,06 |
| TOTAL DO PASSIVO | A CONTRACTOR OF THE PARTY OF TH |
| DEMONSTRATIVO DE LUCROS E PERDAS ENCERRADA EM | 1-12-12 |
| DEBITO | |
| DESPESAS GERAIS | |
| Despesas Contabeis, Desp. Judiciais, Desp. de Via- | |
| gens, Cortes de Cana, Public.e Publicidade, Ater- | 130.777,05 |
| ros, Honorários, Impostos e Taxas, Desp. Diversas. | 25001,11905 |
| LUCROS E PERDAS | 76.472,13 |
| | 7 010 20 |
| Fundo de Reserva e Saldo a Disp.da A.G.O | 207-249-18 |

CREDITO.

Reconhecemos a exatidão do presente balanço geral somando tam to o Ativo como o Passivo a importancia de Cr\$ 282.507,06(Du zentos e citanta e dois mil, quinhentos e sete cruzeiros e seis centavos), bem como o Demonstrativo da Conta de Lucrose Perdas somando tanto o Debito como o Credito a importancia de Cr\$ 207.249,18(Duzentos e sete mil, duzentos e quarenta e nove cruzeiros e dezoito centavos).

Joinville,sc, 31 de dezembro de 1975.

VIIMA M.G.OLIVEIRA
Dir.Presidente
JOÃO ACACIO GOMES DE OLIVEIRA
Dir.Executivo
YOITIRO BABA

Contador CRC.SO.599"S"

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fis-/
cal da firma PROCOPIO GOMES DE OLIVEIRA INCORPORADORA S/A "PROGISA", após examinar detida e cuidadosamente o Relatório
da Diretoria, Balanço Geral e Demonstrativo da Conta de Lu-/
cros e Perdas encerrados em 31 de dezembro de 1975 são de pa
recer favorável a aprovação dos mesmos pelos Senhores Acionis
tas.

Joinville, sc, 10 de fevereiro de 1976.

HENRIQUE DOUAT FILHO
OSVALDO SCHUTEL DA SILVA
MAURO PINHO

8259/3

Kress Industrial S.A.

CGCMF 84712579/0001-05

RELATORIO DA DIRETORIA

SENHORES ACIONISTAS:

DANDO CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES LEGAIS E ESTATUÁRIAS, APRAZ-NOS APRESENTAR, PARA EXAME E PRONUNCIAMENTO, O BALANÇO GERAL, DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS, E DEMAIS DOCUMENTOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975. COLOCAMO-NOS A DISPOSIÇÃO PARA QUALQUER INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTO QUE JULGAREM NECESSARION

DRIMANFREDD HIM KRESS-DIRETOR PRESIDENTE
BALANCO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

ATIVO

| CAIXA E BANCOS | \$ 9.972 39 |
|------------------------------------|-------------|
| ESTOQUES CLIENTES | 425053332 |
| PREJUIZOS SOCIAISH | |
| MAQUINAS" FERRAMENTAS" UTENSILIOS. | |
| MARCAS E PATENTES | 21.899.89 |

02-08-1976 CORRECÃO MONETARIA CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE MÁQUINAS, FERRAMENTAS, 8.1187,82 UTENSILIOS, MARCAS E PATENTEST...... COMPENSAÇÃO SOMA DO ATIVO..... 0883.712,03 NÃO EXIGIVEL CAPITAL SOCIAL, PROVISÃO P/CRED. DUVIDOSOS, FUNDO DE COR MONETS E DE DEPRECIAÇÃO \$20126380 EXIGIVEL FORNECEDORES', CONTAS CORRENTES', OBRIGAÇÕES FIS-CAIS A PAGAR', FOLHA DE PGTO E CONTESOCEA PAGAR GRATIFICAÇÕES A DISTRIBUIR, OUTRAS CONTAS A PAGAR 63:248,23 COMPENSAÇÃO 2001,00 CAUÇÃO DA DIRETORIA.... SOMA DO PASSIVO 0.883.712,03 DEMONSTRATIVO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS, ENCERRADO EM 31 DE DEZEM-BRO DE 1975: DEBITO: CREDITO: VENDAS, JUROS E DESCONTOS OBTIDOS, PRE-JUIZO VERIFICADO NO PRESENTE EXERCÍCIO_ m\$68: 429: 50 0\$68.429,50 0.\$68.429,50 JOINVILLE, 31 DE DEZEMBRO DE 1975 Uf aufudy Scresof :.. DR. MANFREDO H.M. KRESS-DIRETOR PRESIDENTE ang Less

PARECER DO CONSELHO FISCAL

REG. NO CRC-SC SDB Nº 1082

DR. HANS ULRICH-B.H. KRESS-TEC. EM CONTABL

OS ABAIXO ASSINADOS, MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO FISCAL DA FIRMA KRESS INDUSTRIAL S.A., TENDO EXAMINADO O BALANÇO GERAL E O DEMONSTRATIVO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS E DEMAIS COCUMENTOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975 E ACHANDO-OS EM PERFEITA ORDEMA SÃO DE PARECER QUE OS MESMOS SEJAM APROVADOS PELA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

DR. NORBERTO CUBAS DA SILVA

DR. HEINZ BRUSKE

7201-1

SECRETARIADO NACIONAL DE CURSILHOS DE CRISTANDADE EXTRATO DOS ESTATUTOS DO INSTITUTO SETORIAL DE SANTA CATARINA

- Art. 1. Com a denominação de Instituto Setorial de Santa Catarina fica constituída uma entidade civil, de caráter religioso, sem fins lucrativos, de duração indeterminada e com sede em Florianópolis, SC.
- Art. 2. São objetivos do Instituto: colaborar na expansão e con tinuidade do Movimento de Cursilhos, no território do Estado de Santa Catarina em entrosamento com o Secretáriado Nacional de Cursilhos de Cristandade do Brasil e com a hierarquia de Igreja.
- Art. 3. O Instituto será administrado por uma Diretoria Executiva, um Conselho Fiscal e pela Assembléia Geral dos Associados.
 - A Diretoria Executiva é composta por um diretor coordenador espiritual, um diretor coordenador leigo, um presidente, um tesoureiro, um secretário, um diretor feminino e pelo Conselho Fiscal.
- Art. 4. Ao Diretor Coordenador Espiritual compete orientar as atividades espirituais do Instituto.
- Art. 5. Ao Diretor Coordenador Leigo compete representar o Instituto perante associações congêneres perante o Secretariado Nacional e perante os Secretariados do Território.
- Art. 6. Os membros da diretoria executiva serão eleitos pela As sembléia Geral com mandato por dois anos, permítida a reeleição.
- Art. 7. Cabe ao Secretariado Nacional nomear os diretores coordenadores, leigo e espíritual.
- Art. 8. Os Diretores Coordenadores espiritual, e leigo, poderão excluir do Instituto qualquer membro da diretoria executiva por atividades que venham a contrariar os estatutos...

- Art. 9. Compete ao diretor-presidente: representar civilmente o Instituto, ativa e passivamento, em juizo ou fora de le e convocar as assembléias gerais, ordinárias ou ex traordinárias. Abrir e movimentar contas bancárias, em nome do Instituto.
- Art.10. Ao Diretor Secretário: compete substituir o Diretor Presidente, em seus impedimentos, secretariar as reunices e encarregar-se da correspondencia.
- Art.ll. Ao Diretor Tesourairo: compete movimentar as contas bancárias em conjunto com o Diretor Presidente.
- Art.12. À Diretora Feminina: compete incentivar a participação das associadas nas iniciativas do Instituto.
- Art.13. O Conselho Fiscal, será composto de três membros titu lares e três membros suplentes indicados pela Autorida de Eclesiástica da Diocese.
- Art.14. A Assembláia Garal reune-se ordinariamente uma vezpor ano, e extraordinariamente, sempre que convocada e á o órgão máximo de liberativo do Instituto.
- Art.15. À Assembléia Geral, compete eleger os membros da Diretoria e apreciar a gestão de diretoria executiva.
- Art.16. Serão considerados associados, além do Secretariado (<u>b</u> cional, os leigos, sacerdotes e demais cursilhistas, desde que apresentados pelos deis diretores coordenadores ou por dois membros da diretoria executiva.
- Art.17. Os associados não respondem, pessoal ou subsidiaria mente, pelas obrigações do Instituto.
- Art.18. O patrimonio do Instituto será administrado tão semen te para o cumprimento das finalidades associativas.
- Art.19. Estes Estatutos somente poderão sofrer alterações com aprovação da Assembléia Geral.
- Art. 20. O Instituto se dissolverá: pelas hipóteses previstas em lei; por de liberação da assembléia geral; ou por proposta escrita do S.N.C.C.B.
- Art. 21. Em caso de dissolução, o patrimônio do Instituto reverterá, em bene fício da pessoa jurídica do S.N.C.C,8. da CN88 ou de entidades cató licas seu fins lucrativos
- Art. 22. Os cargos da diretoria não serão remunerados.

Foram eleitos e empossados, com mandato por dois anos, os membros da Diretoria assim composta:

Diretor Espiritual - Padre José Manoel dos Santos, brasileiro, solteiro, religioso; Diretor Coordenador - Laudares Capela, brasileiro, casado, comerciante; Diretor Presidente - Aldo de Sousa Pereira, brasileiro, casado, funcionário público; Diretor Secretário - Márcio 'Antônio Ramos Araújo, brasileiro, casado, industriário; Diretor Tesoureiro - Jaime João Carvalho Couto, brasileiro, casado, funcionário público; Diretora do Setor Feminino - Helena Maria Berenhauser Capela, brasileira, casada, do lar.

Conselho Fiscal - Membros Titulares: Raimundo Lacerda Filho, brasileiro, casado, bancário; Antônio de Aguiar Machado, brasileiro, casado militar reformado; Hélio Freitas, brasileiro, casado médico.

Membros Suplentes: Ricardo P. Saporiti - brasileiro, casado, enge - nheiro Civil; Oscar Goulart, brasileiro, casado, farmaceutico e Arneldo Silveira, brasileiro, casado comerciante.

São considerados sócios fundadores:

Wladimir D'Ivanenko, Dilma Orofino, Francisco Wilson de Paula, Selva Ribeiro, Antônio Aguiar Machado, Hélio Freitas, Laudares Capela, Padre José M. dos Santos, Aldo de Sousa Pereira, Márcio A. Ramos Araújo, Jaime João C. Couto, Raimundo Lacerda Filho, Helena Maria B. Capela, Sônia Bonetti Couto, Miriam Meira de Araújo, Arnaldo Silveira, Oscar Goulart e Ricardo P. Saporiti.

Florianópolis, 18 de Maio de 1976.

Diretor Presidente

Aldo Sousa Pereira

Márcio Antônio R. Araújo Diretor Secretário

89

132

RAZ-NOS

MONSTRA-

A DISPO-

NECESSE

somando ta

2.507,06(Di

uzeiros e.

de Lucros-

importancia

quarenta e

1975.

Lho Fis-/

M S/A -

elatório

de Lu-/

no de pa

6. .

Acionis

61

8 68161

ordstas dinaria

de 1.97

não hou

185 PT

00-08

58 11d

Palo D

distri

nesta

18790

an Ex

TOTAL

Caso

VOCAD

pra.

MITE

laras

Avia

Pres

nina

Vel

CÓPIA DA ATA DA AS EMBLÁTA CERAL ORDINÁRIA DA EMPRESA MAFRESSE DE CUITA-MAS E TRATROS S/A - REALIZADA EM DATA DE 10 DE MAIO DE 1.976.

Ao primeiro dia do mes de Maio de hum mil novecentes e setenta e seis,precisamente às 10,00 horas (deis horas) reuniran-se es senhores acte nistas da Empresa Mafrense de Cinemas e Teatres S/A - Basi te S/A, Assembléia Geral Ordinária realisada em sua sede social sito a rua Cel. Victorino Bacelar, nº 89, nesta cidade de Matra SO, de acordo com as convocações regularmente efetuadas em Diário Oficial de Intado de Santa Catarina edições nes 10.445 - 10.446 e 10.447 dos dias 18-19 e 22 de /margo de 1.976, e mais publicações tambem efetuadas em jornal lecal "O Hoticiario" da Fronteira nos dias 21-28 e 4 de Abril de 1.976. Usando da palavra o Sr. José Rauen, antes de instalar definitivamente a Assembleia expressou o mesmo profundo pesar por ser esta a primeira Assen bleia que se instala con a ausencia de Sr. saudoso Carles Minine nessoes Diretor Gerente, homem que a nosse lade labotou per mais de cinco anos com una dedicação incomparavel solicitando em seguida que fosse ffeita uma homenagem postuma onde todos os aciemistas e Diretoria de peprestassen um minuto de silêncio. Iniciados es trabalhos, assumiu o Pre sidencia dos mesmos o Sr. José Rauen, Presidente da Empresa, e qual com vidou aos demais Diretores para temarem assento à mesa e bem assim como a min Isomar Hartins, para servir de secretário dos trabalhos. Asmin constituida a mesa determinou o Sr. Presidente de que fosse verificadepelo Sr. Secretário o livro de presença de acionistas, o qual após suaverificação foi constatado a presença de aciomistas que pelo seu munero de ações representam mais de 51% (cincoenta e um por cento) de capitalsocial, que dava instalada e valida a presente Assembleia Geral Ordinaria. Determinou o 3r. Presidente imiciado os trabalhos e em seguida determinou ao Secretario de que fosse lido e Mital de convocação oujo e teor é o seguinte: EMPRESA MAFRENSE DE CINEMAS E TRATEOS S/A - EMACITE-S/A Assembleia Geral Ordinária: : Mital de convocação. Pelo presente ficam convidados os Srs. Acionistas da firma Impresa Mafrense de Cine mas e Teatros S/A, para se reunirem em Assenbleia Geral Ordinária no dia 01 (primeiro de maio de corrente ano as 10 Ers (des) em sua sede so cial sita a Rua Cel. ictorino Bacelar, 89 na cidade de Mafra Estado de Santa Catarina, para deliberarem sobre e seguintes Orden do dia. 1º Dis oussão e aprovação do Relatorio da Diretoria Balanço Geral, Demonstrati vo da conta de Lucros e Perdas e parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercicio de 1.975 -- 200- Eleigão da Diretoria. 30)- Eleigão do Conselho Fiscal e Suplentes. 4º) - Reajuste de Honorários da Diretoria e-Conselho Fiscal. 50)- Assuntos diversos de interesse da Scoiedade. Aviso- Acham-se a disposição dos Srs. Acionistas no escritorio da Sociedade, os documentos a que se refere o Art. 99 do Decreto Lei nº 2627 de-26 de Setembro de 1.940. Mafra SC, 05 de Margo de 1.976. Ass. José Rauen Diretor Presidente. Passando-se ao primedro item da ordem do dia, que trata da discussão e aprovação do Balanço Geral, Lucros e Perdas, Relatorio da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal, foi pelo Secretario li do e devidamente esplanado, tendo mido em seguida pelo Sr. Presidente colocado em votação os quais receberam aprovação unanime dos acionistas e o Lucro que encontra-se a disposição da Assembleia, fosse destinado a conta de Lucros em Suspenso. Passando-se ao 2º 1tem da ordem do dia o qual trata da eleição da Diretoria foi pelo Sr. Presidente dos traba lhos deixados o assunto a cargo da presente Assenbleia. Usando da palavra o Acionista Antenor Rauen, propos o mesmo pela relleigae para o car go de Diretor Presidente o nome do Sr. José Rauen, ao cargo de Diretor-Gerente o qual encontrava-se em claro em vista do falcoimento de seu respectivo coupante Sr. Carlos Minine, fai enterinamente preenchido pe lo Sr. Francisco Fischer nome o qual proponho a eleigao, e mais para Diretor Adjunto o nome do Sr. Ary Ramen Sobrinho, Colocado o assunto em votação foi por unanimidade eleitos e empossados, os nomes indica dos pelo referido Acionista o respectivamente empossados aos cargos " que lhes foram atribuidos. Passando-se a 3º 1tem da ordem do dia que trata da eleição do Conselho Fiscal, foi por unanimidade dos presentes eleitos como membros efetivo do Conselho Fiscal o Sr. Carlos Minine -Filho, brasileiro, casado, (Industrial) comerciante residente em Marra 9C., foram tambem por unanimidade dos presentes reeleitos como membros efetivo os Sr. Fulvio Vieira Borges e Jose Jorge Jose Saliba. Como suplentes foram reeleitos os Sr. José Cubas Valerio, Arnaldo Porto Vir mond e Joso Camargo Monteiro. Passando-se so 4º 1tem da ordem do dia,que trata de reajustes de honorários da Diretoria e Conselho Fisoal, foi solicitado da palavra o Sr. Antenor Rauen explicandoco memo de que e de competencia da presente Assembleia Geral reajustar os honorarios da Diretoria e bem como o respectivo jetão aos Srs. membros do -Conselho Fiscal pelo que propunha para apreciação da presente Assemble ia Geral a titulos de honorários nos seguintes valores, ao Diretor Pre midente a quantia bruta mensal de CR\$ 6.500,00, ao Diretor Gerente a quantia bruta mensal de CR\$ 4.500,00, ao Diretor Adjunto a quantia bruta mensal de CR\$ 2.500,00, sendo a respectiva vigência a partir de Ol de Maio do corrente ano. Aos Srs. membros do Conselho Miscal propos o mesmo Acionista a importancia de CR\$ 100,00 a cada Conselho por reunião que o mosmo comparecer a título de jetão. Colocado o assunto em discusão foi pelos presentes aprovado por unanimidade. Passando-se ao 5º item da ordem do dia que trata de assuntos diversos do interesse da Sociedade, usando da palavra o Sr. Presidente expressou o mesmo grande contentamento com as atividades que veem prestando es Srs. Gerentes do Hotel e Cinema, propondo aos mesmos uma gratificação especial delxavaa cargo da presente Assenbleia qual valor a ser atribuido, Usando da palavra o Sr. Fernando Sartori propos o mesmo que fosse pago 2 (dois)ordenados que vem os mesmos percebendo em abril de 1.976, os referidos Gerentes assunto este aprovado satisfatoriamente por todos os acionistas presentes. Em seguida foi deixada a palavra livre a quem dela fise sse fazer uso, como ninguem se manifestou foi pelo Sr. Presidente ence rrada a presente Assenbleia, lavrada a respectiva ata em seu livro ne-Ol as folhas 924- 93- 934 e 94, a qual apos lida a aprovada é assinada por todos os presentes.

José Reuen
Direter Presidente.

Isomar Martins
Secretário.

Esta Ata foi assinada pelos srs. José Rauen, Francisco Fischer, Ary Rauen Schwinho, Carlos Minini Filho, Bulvio Vieira Borges, Jose Alfredo Rauen,-Fernando Sartori, Antenor Rauen, Jose Cubas Valerio.

Sica hacima

ARQUIVADO SOB Nº .44437/76. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA — FLORIANOPOLIS — DATA 27.../..07..../..76.... JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIDAO — certifico que este documento foi arquivado sob número e data estampado mecanicaments. — Francisco Paulo Kacsemoldel — Secretário Geral.

CÓPTA DA ATA DA ASSEMBLÍNA CIRAL CUDINÍNIA DA FIRMA SOM LAME U/A CA NUNCIO I INDUSTRIA — REGLIZADA IM 30 DE AMEL DE 2.976.

Ass trinta dias do mes de abril de hum mil novecentes e setenta e sete procisamente as 10,00 (des) horas rounires-se es senhores acienistes is Firm José Remen S/A Comercio e Endustria, gite a Intrala Poleral H. 116 HH 108, S/H noute cidado do Hafre, Briedo do Santa Catarina, de sal do com as convocações regularmente efetuadas en Mario Oficial de Intado de Santa Catarina, edições mes 10.445 em 18/03/76, mes 10.446 em 19/ 03/76 0 20 2 10.447 = 22/01/76, on main publicações tembes efetudas on Jernal local "O Beticiaries de Fronteire nos dies 21/03/76, 19/01/16 o 04/04/76. Iniciados os trabalhos assemin a Prosidencia da Impresa . Mr. José Remen, Presidente da Bepresa, e qual conviden dennis direteres para tomarem assento à mona o bem como a min José Carles Mars Martine. para servir de secretario des trabalhos. Assis constituida a mesa teta minon o fir. Presidente de que fesse verificade pele fir. Mecreticie e la Tre de presença de melemistas, e qual mom a que verificação fei emety tedo a prosença dos asienistas que pelo nou misero de ações representa 100% (com per cente) de Comital Secial que deve instalade e villa a presente Assembléia Geral Ordinária. Betermines e Se. Presidente iniciando os trabalhos o em seguida pediu ao Secretário que fosse lido e el tal de Convocação oujo e teer é e seguintes José BATES S/A COMMOTO 1. INDUSTRIA, rodovia ER 116 EM 108 Maira Santa Catarina, Assembléia Co. ral Ordinaria. Convecação: Pelo presente fiom convidados os senheresscientatas da Firma José Remen S/A Comércio e Industria, para se remirem em Assembléta Goral Ordinária, no dia 30 (trinta) de abril de cer-Pente emo, às 100 (des) heras em sua séde secial site a Estrada Federal IR 116 KH 108 na cidade de Magra, Batade de Santa Catarina para deliber ren sobre e seguintes Orden de Dia. 10)- Discussão e aprevação de Relati rie da Diretoria Balançe Geral, Demonstrativo de Conta de Incres e Perthe e Parecer de Commelho Fiscal, relativo de exercicio de 1.976. 21)-Respusto de Mreteria. 30)- Eleição de Conselho Fiscal e Seplentes. 4) Resjuste de honorarios da Direteria e Comselho Fiscal. 50)- Assuntes -Diverses de Interesses da Seciedade.Avise- Aches-se a disposição des m mhores soiomistas, no eseritório de Sociedade, es documentes a que serefere o Art. 99 de Decrete Lei ns 2.627 de 26 de Setembro de 1.940. Marra 80, 05 de Margo de 1.976, Ass. José Resen- Direter Presidente.Pag sando so primeiro item da orden de dia, que trata da discussão e aprem ção de Balanço Geral, Incres e Perdas, Relatório da Diretoria e parecer co Sonselho Piscal, foi pelo Secretariao e devidamente esplanado temismaio en seguida pelo Sr. Presidente colocado e assunto en vetação os quais r ceberan aprovado unamime dos acionistas e o lucro encontre-se a disposição da Assembleia, fosse destinado a conta de Incres en Suspen Directorde de la la la compa de dia e qual trata da eleição de Diretoria foi pele Sr. Presidente dos trabalhos deixado o assunto a sa go da presente Assembléia. Usando da palavra o acionista Fermado Esti 21, propos e semo pela reeleição para o cargo do Diretor Presidente o nome do Sr. José Ramen ao sargo de Diretor Gerente o nome do Sr. José Alfredo Ramen, ao cargo de Diretor Adjunto e nome de Sr. Ary Ramen Se dos provento este eclecado em votação foi aprovado por unanimidade dos presentes, e foram respectivamente empossados os referidos Dineteres aos carges que lhes foram atribuidos. Passando-se ao terceiro item da orden do dia, que trata da eleição do Conselho Fiscal e suplentes, foi pelo Aciemistas Fernando Sapteri, proposto a recleição os senhores-José Jorge José Saliba, Nevercinio Ramos Wanderley, e respectivamente -

elette e Sr. Carles Minini Filho, brazileiro, casado, comerciante, re sidente en Hafra 50, e para suplentes foi igualmente proposto para re eleição o nome de Er. Leopoldo Brands e o Sr. Aldory Bannach e respec tivamente o Sr. Francisco Fischer, brasileiro, casado, comerciario, residente e domiciliado em Mafra SC, portador da carteira de identida de nº 26022, colocado o referido assunto em discussão e a seguir em Votação nerecendo a total aprovação da presente Assembleia Geral. Pag sando so quarto item de erdem do dia que trata dos resjustes dos hemo rarios da Diretoria e Conselho Fiscal, foi solicitado a palavra do 3 Fernando Sartéri explicando o mesmo que é de competência da presente-Assembléia Geral reajustar os homorários da Diretoria, e bem come respective jetão do Srs. Membros do Conselho Fiscal, pelo que propunt para apreciação da presente Assembleia Geral a títulos de homorariesnos seguintes valoress ao diretor Presidente a quantia bruta mensal / de ORS 10.000,00, so diretor Gerente a quantia bruta mensal de ORS ... 15.000,00, ao diretor Adjunto a quantia bruta mensal de CRS 4.000,00-Sendo a respectiva vigência a partir de Ol de Kaio de 1.976. Aos Srs. Membros do Con elho Fiscal, propos o memo acienista a quantia de CE 50,00 a cada conselheiro por reunião que o mesmo comparecer a títulode jetão. Colocado o assunto em discussão foi pelos presentes aprovados. Passando ao quinto item da ordem do dia que trata des assuntes diversos da Sociedade, usando da palavra o Sr. Bresidente Sr. José -Rauen, expressou o mesmo com grande satisfação o alto nivel adminstra tivo do Sr. Gerente José Alfredo Rauen o qual nos ultimos 6 (sets) anos vem demonstrando grande ospacidade de desempenho em suas funções nao medindo esforços para cada vez mais colocar o nosso nome José -Rauan S/A Comercio e Industria, como uma das mais importantes empresas de nossa região. Quero eu na qualidade de diretor Presidente e primo pal acionista desta sociedade lhe proporcionar como premio pelo sensesforços espregados, ao ir. José Rauen digo José Alfredo Rauen comoder-lhe gratuitamente por doaquo, agora na presença de todos os actenistas da Scoiedade, valor em que somadas com as que já possue, venham atingir 40% (quarenta per cente) do total de Capital registradeem nossa sociedade. Ploo igualmente comprenissado en futuramente prooeder documento habil para esta doação que da presente Assembleia Geral ja possuo aprovação unanimo sem qualquer constestação dos senhores membros acionistas. Usando da palavra o Sr. Diretor Gerente Jose Alfredo Rauen, agradeceu a doação que lhe foi feita, e afirmou que vai continuar não medindo esforços, como o vem fasendo até Boje. Es seguida foi deixada a palavra livre a quem dela quisesse faser uso, como ninguem se manifestou foi pelo Sr. Presidente encerrada a presen to Assembleia Geral lavraia a respectiva Ata em seu livro nº 02 as 12 lhas 31, 32, 33, a qual após lida aprovada e assinada por todos os presentes.

Assinaram esta Ata os Srs. José Rauen, José Alfredo Rauen, Ary Rauen
Sobrinho, Hildegart Rauen, Mary Helena Rauen Sartori, Fernando Sartori,
Hiriam Rauen e Iria Teresinha Rauen.

| 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

ARQUIVADO SOB Nº 44437/76... JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA — FLORIANOPOLIS — DATA 27../...76... JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIDAO — certifico que este documento foi arquivado sob número e data estampado mecanicamenta. — Francisco Paulo Kacsemoldel — Secreta río Geral.

trie, per a re

esplando to

on vetegas a

nore encetre

Inoros a b

es de eletois b

O O BESTER O IL

to Persons in

tar President

none de St. is

· Ary Reman b

or ministed

feridos Dimis

o terceiro ite

e suplente.

one senters

spestiventi.

Comerciante,

roposto pari

annach e rem

comerciario,

ra de identi

& seguir e

eis Geral. h

nates dos ha

palavra do l

de presenti

bem come

que propu

ruta mensal

sal de OB

CR\$ 4.000,00

uantia de a

oer a titule

entes aprom

os assuntos.

e Sr. José

vel adminstr

a 6 (sals)

SUBS PURCH

nome José .

antes opres

ente e prim

io pelo ses

todos os salt

possue, Ti-

1 registrate

puramente pro

ssembleis @

o dos sento

Gerente Jos

fired que

to Boje. I

faser may

rada a press

O BS 02 is 1

todos os pre

homoraries

UNIFRICO S/A. INDÚSTRIA E COMERCIO CGC MF nº 86.547.965/0001-14 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÂRIA

Aos vinte e nove(29) dias do mês de abril de hum mil novecentos e setenta e seis, as dezesseis(16) horas, em terceira convocação, na sede social do Grêmio Esportivo Cantú, na cidade de Salto Veloso(6C), reunirem-se os aci onistas da UNIFRICO S/A. Industria e Comercio, para a Assembleia Geral Or dinaria, convocada palos editais publicados no Diario Oficial do Estado de Santa Catarina, nos dias 26,29 e 30 de março de 1.976, e no Jornal Cru zeiro do Sul, editado na cidade de Josqube, nos dies 10,17 e 24 de abril de 1.976. Após a verificação do Livro de Presença dos Acionistas, como não houvesse número legal em primeiro e segundo convocação, na forma do Edital respectivo e de acôrdo com a legislação em vigor, o Diretor Industrial Dr. Claudino Comunello, deu abertura aos trabalhos com os acionis tas presentes que se encontravam no local, e por solicitação dos mesmos foi convidado para presidir os trabalhos o Dr. Antônio Carlos Zapelini. que convidou e mim Celso Roberto Duvoisin, para secretaria-la, instâden do-se essim a mesa Diretora. O Senhor Presidente determinou então que fôs se lido o Edital de Convocação, o que foi foito em voz alta, e cujo teor é o seguinte:UNIFRICO 8/A.Indústria e Comércio ,C.G.C.M.F.nº86.547.965/0001 Edital de Convocação - Assembléia Geral Ordinária - (PRIMEIRA CONVOCAÇÃO) Pelo presente ficam convocados os Senhores Acionistas da UNIFAICO S/A.Indisposição la rementos a par dústria e Comércio, a se reunirem em primeira convocação no dia 29 de abril de 1.976, as 9 hores, na sua sode social site à Rua Bom Pastor, 118, combro de light nesta cidade de Salto Veloso(SC), afim de delibererem sobre a acquinte Or ster President di soussio e pp dem do Dia: 1)Discussão e deliberação cobre o relatorio da Diretoria, Ba iretoria e pre lanço Geral, Conta Lucros e Perdes e Parecer do Conselho Fiscal, relativo en Exercício de 1.976, e fixação dos honorários dos Diretores.2) Eleição, dos Membros do Conselho Fiscal, para o exercício de 1.976 e fixação dos honorarios. 3) Outros essuntos de interesse social. (SEGUNDA CUNVOCAÇÃO) .-Caso não haja, em primeira convocação "quorum" legal, Picam desda ja convocados os Senhores Acionistas em Segunda Convocação para o dia 29 de abril de 1.976, es 11 horas, afim de deliberarem sobre a Ordem do Die sypra. (TERCEIRA CONVOCAÇÃO). Ceso einde não se verifique, em segunda como cação o "quorum" legal, ficam desde logo convocados os Senhores Acionis tas, em terceira convocação, para o mesmo dia 29 de abril de 1.976, as 16 horas, no mesmo local e com a mesma Ordem do Dia, quando então sa insta laras Assembleia com qualquer numero de Acionistas presentas na forma lagal. Selto Veloso(SC),19 de março de 1.976 - Darci Pedro Centu - Diretor-Avieo - Achem-se e disposição dos Senhores Acionistas os documentos o que se refere o Art.99 do Decreto Lei nº2627 de 26 de setembro de 1.940.Salto Veloso(SC), 19 de março de 1.976 - Darci Pedro Centú - Diretor - O Senhor Presidente, cumprindo o disposto do artigo 99 da Lei das Sociodades Anô nimas, solicitou a mim que fizesse a leitura do Relatorio da Diretoria, do Balango e da Conta Lucros e Perdas, bem como o perecer do Conselho Fig cal. A seguir o Senhor Presidente fez uma empla analise comparativa dos exercícios de 1.974 e 1.975, ítem por ítem, onde constatou-se considerá -Vel aumento para o exercício de 1.975. Apos lido o parecer do Conselho -Fiscal, que manifestou-se fevoravelmente por unanimidade, para que a As sembleia dos Acionistas aprovasse es contas em discussão. Colocando es mesmas sob a aprovação dos Senhoros Acionistas presentes, êstes se mani festaram unanimemente favoraveis pela aprovação. Em proseguimento dos de-Euntos do Ítem primeiro, o Acionista Aurélio Sonálio, sugeriu que o aumon to dos honorários dos Schhores Oiretores, fósse proporcional ao porcentual do aumento do selerio minimo vindeuro. Posta em discussão, e solicitação tombés foi aprovada por unanimidade dos presentos. A seguir passou-se so -Ítam 2º que prevê a eleição dos Genhores Membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal e a fixação de sous honorários. Por solicitação do Acionia ta Walter João Viven, sugeriu o mesmo que os membros efetivos atuais fos sem resleitos por mais uma gestão administrativo, dado a eficiência demong trada no decorrer des dues gestões de mandato. E, no cargo do suplente Dr. Bilvano Marcelo Pires dos Santos, por solicitação do mesmo, fôsse oloito outro, indicando para o devido preenchimanto o nome do Industrial Claude mir Cesca, e que os demeis membros suplentes, Abel Abatti e Zeno Vier perconscesses. A sugestão foi aceita e aprovada pela Assembléia presente, sugerindo sinda, que o susento dos honorários: fosses elevados em 40% (quarenta por cento), passando assim para cr9.2.100,00(dois mil e cen cruzeiros), anuais. A masma sugestão foi oprovada também pela Assemblia prezente. Com a palaura o Senhor Dr. Claudino Comunallo Dirotor Industrial, foz um exame retroativo de evolução que a Indústria vom atingindo, fezendo ver que el o objetivo que é o lucro não tem sido considerável é justamente polo felta de industrielização, mas que dentro das práximos acoss a mesma será tripli cada em roleção do eno enterior. Complementando, demonstrau eos presentes o que represente a emprêse como setor social e econômico na região, dizendo einde que e partir do corrente eno torá condições de progetar-se no cena rio Industrial. Antes do encerrar o Sr. Presidento legou ao canhecimento dos presentes, do recobimento de uma carta dirigida aos Senhores Acionio tes, pelo Benhar Dr. Grestes Bacchotti, Diretor Precidente da emprêsa, pola qual solicitava a sua demissão. Após ouvida a leitura da mesma, o Senhor Presidente, submoteu a mesma à aprocleção dos presentes, o por unanibidado dos mesmos foi eceito o pedido de demissão, ficando na oportunidade deci dido que o cargo vago seré a partir desta data acumulado pelo Dirator Co mercial, etá a realização da próxima Assembléia Geral Ordinária, conforma Caterninam os artigos 16 e 17 dos Estatutos Sociais em vigôr. O acúmulo do cargo, não ecarreterá mois ônus para a amprêse. Na ocasião, os Senhores -Acienistas colicitaram pera que constacce em eta um voto de louvor de meseo, pelo desempenho que sempre tove durante o tompo em que permeneceu na -Presidência da emprêsa.Como minguem mais quiz fozor uso da palavra, o 8r. Presidente mandou suspender a presente reunião polo tempo necessario para a lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a mosmo lida e eprovada por todos os presentes, pelo que voi subscrita por mim o pelo Sr. Presidente da Assembleia e par todos os Acionistes prosentes. Salto Veloso, 29 de abril de 1.976(Assi) ANTÔNIO CARLOS ZAPELINI - Presidente de Uesai -CELEO ROBERTO DUVDISIN - Secretario de Mese. ACIONISTAS (Claudimo Comumplio

Beverino Sarotto, Aiquelmo Francisco Pozim, Sebastião Granezeno, Zeno Vier, Jacob Cawaldo Vier, Fidelia Borga, Edemundo Bridi, Valerio José Martendal, Joes A.Zamboni, Vitor Santien, Josephino Ansiliero, João Conto, João Aigner, Ida lino Oliva, Anselmo Vier, Euclides Gridi, Avelino Tomazi, Arcadio Onzi, Abramo Tomazi, Valentino Do Bostiani, Vitor Vier, Devino Bozzo, Cerlos Colosto Do 99 stieni, Canti 8/A. Indústria Comércio e Agricultura, por seu promuredor Au rollo Sonallo, Abilio Soldi, Pedro Soldi, Cord Pedro Centu, Walter João Vivan Alvadir Karlo Cantu, Lourdes Brassen Cantu, Homy Silvio Cantu, Clália Barigh ello Centú, Aloyelo L. Wendling, Antonio José Bisseni, Gecar Bridi por seu pro curador Alcindo Frainer, Adenir Lourdes Canânica. A presente é copia fiel da ata lavrada a fls.12 e seguintes do "Livro de

Atas da Assembléias Gerais" nº 01, da UNIFRICO 5/A. Indústria e Comércio, registrado sob nº 290/74, em 28.02.1964, Na Junta Compredel do Estado de -Senta Catarina. Eu CELSO ROBERTO DUVOISIN, Secretário, a lavrei # Joseino juntamente com o Sr. Presidente da Assembleia. O Presidente

O Secretario

, to que dring

ARQUIVADO SOB Nº 44417./76... JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CA-TARINA - FLORIANOPOLIS - DATA . 22./..07..../..76..... JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIDÃO — certifico que este documento foi arquivado sob número e data estampado mecanicaments. — Francisco Paulo Kaesemoldel — Secretá-

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CRIADORES DE SUÍNOS - ACCS C.G.C.M.F. - Nº 82.810.920/0001-30 INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 250.318.466 CONCORDIA - SANTA CATARINA

> DEMONSTRATIVO_DE_RECEITAS_E_DESPESAS_DO PRIMEIRO SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 1.976 REFERENTE AO PERÍODO DE 01.01.76

| 100 | | |
|-----|---|--------------|
| | . Registro de Granjas, Jóias e Anuidades CRS | 35.220,00 |
| | . Certificados de Registro | 645.985,00 |
| | . Verbas Recebidas | |
| | . Venda de Suínos, Blocos a Cadernos Criador CR | |
| | . Comissões Recebidas | 60.191,00 |
| | . Outras Receitas | 40.571,50 |
| | Soma das Receitas | 1.125.156,95 |

| . Salários e encargos Socia: . Despesas de Comunicação Luz, Fôrça, Água, Imposto: . Artigos e Impressos para (. Hospedagem e Alimentação Despesas com Veiculos, Via . Comissões | s e Taxas | 148.639,97 15.490,53 9.661,01 23.318,13 24.621,07 129.446,94 41.990,00 2.765,11 121.259,20 2.552,82 400,00 23.656,75 |
|--|--------------|---|
| Some das | Despesas CRC | 543.801.53 |

Concórdia (SC), 05 de Julho de 1.976

Engo Agro Paulo Tramontini - Presidente Élvio de Oliveira Flôres - 1º Vice-Presidente Agostinho Machado - 2º Vice-Presidente Elcir João Locatelli - 3º Vice-Presidente

José Vicente Ugolini Técnico em Contabilidade - TC-CRC-SC.- 6.167

CONSELHO FISCAL: Amy Giombelli

Moacir Sopelsa Arlindo Felix Lusa

Cont. José Vicente Ugolini

5988/**5**

SIDERURGICA SUL CATARINENSE S.A.

SIDERSUL - CGC Nº 82.511.270/0001-ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convidados pelo presente, os Senhores Acionistas da Empresa - SIDERURGICA SUL CATARINENSE S/A - SIDERSUL - para se reunirem • em Assembléia Geral Extraordinária, no próximo dia 16 (dezesseis) de hum mil, novecentos e setenta e seis (1976) às de agosto dez (10) horas, na Sede Social da Sociedade, Em Florianopolis, Es tado de Santa Catarina, a Rua Trajano, nº 18, 4º andar a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem

ORDEM DO DIA 8

- 1 Leitura, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração de Conta de Lucros e Perdas, Pare cer do Conselho Fiscal e demais documentos que acompanham o Balanço Geral encerrado em 31 de Dezembro de 1.973;
- 2 Leitura, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos que acompanham o Balanço Geral encerrado em 31 de Dezembro de 1.974;
- 3 Leitura, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, Parecer do Conselho Fiscal e demais documentos que acompanham o Balanço Geral encerrado em 31 de Dezembro de 1.975;
- 4 Kleição dos membros do Conselho de Administração, na forma estatutária.
- 5 Apreciação e deliberação do pedido de remincia, formulado pe lo Diretor-Presidente da Sociedade.
- 6 Ratificação e homologação até a data da Assembléia Geral Extraordinária, de todos os atos praticados pela Diretoria, inclusive os realizados após o término de seu mandato.
- 7 Ratificação e homologação até a data da Assembléia Geral Extraordinária, de todos os atos praticados pelo Conselho Fiscal, inclusive os realizados após o término de seus respectivos mandatos.
- 8 Eleição dos Membros da Diretoria e fixação dos respectivos ho norarios.
- 9 Eleição dos Membros do Conselho Fiscal (Efetivos e Suplentes) e fixação dos respectivos honorários.
- 10 Aprovação dos honorários dos Diretores e membros do Conselho Fiscal, referentes aos períodos vencidos de seus mandatos.
- 11 Outros assuntos de interesse geral e da Empresa.

Florianopolis, 20 de Junho de 1.976

DR. BENEDITO TOLEDO DOS SANTOS Diretor

DR. ALVARO LUIZ BOCAYUVA CATAO Direter

7107-3

METALURGICA SCHULZ S/A CGC 84.693.183/0001

Assembléia Geral Extraordinária.

Convidamos os senhores acionistas para se reunirem em assembleia geral extraordinária, na sede social à Rua Paraíba, 225, no dia 6 de agôsto a.c., às 16 horas, afim de processarem a seguinte

Ordem do dia:

- 1) = Aumento do capital social de Cr\$ 6.300.000,00 para Cr\$ 7.875.000,0 pela conversão de reservas, sendo Cr\$ 818.750,00 em ações ordina-
- rias e Cr\$ 756.250,00 em ações preferenciais; 2) = Proposta da diretoria com relação a modificações no quadro administrativo da sociedade;
- 3) = Alterações estatutárias nas partes do capital e da administração; 4) = Outros assuntos de interêsse da sociedade.

Joinville, 21 de julho de 1976. ass: Erna Anna Schulz = Diretor presidente

COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO JOAQUIM

CGC nº 86.158.243/0001 Rua Manoel Joaquim Pinto s/n Sao JOaquim - S.C.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente ficam convidados os senhores acionistas da Companhia Melhoramentos de Sao Joaquim pera comparecerem a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada as 10,00 horas do dia 27 de agosto de 1976, na se de da sociedade a Rua Joaquim Pinto s/n, a fim de delibererem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- 1. Aprovação do balanço, relatório da Direto ria e parecer do Conselho Fiscal referentes zo exercicio de 1975.
- 2. Referendo às transações imobiliárias realizadas pela Directoria.
- 3. Eleição e posse da nova Diretoria e mem bres do Conselho Fiscal.
- 4.Fixação da remuneração dos Diretores e dos Conselheiros Fiscais.
- 5. Outros assuntos do interesse da sociedade.

São Joaquim, 26 de julho de 1976 Mauricio Bolzan Diretor Presidente

AVISO

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 99 do Decreto Lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940. A DIRETORIA. em ações orig

no quadro air

administre.

r president

5966/5

AQUIM

enhores

uim pera

SOT TO-

6, na se delibe-

a Direto

referen-

ias rea-

e men .

ociedade.

1976

INDUSTRIAL S/A. REFRIPLAST C.G.C/NF. 82.953.084/0001-42

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas convidados, na forma da Lei e dos Estatutos Sociais, a comparecerem à Assembléia Geral Extraordinaria a ser realizada no dia 12/08/76, em sua sede Social à Avenida · Josue Di Bernardi, 840 - Campinas - São Jose-SC, às 17 horas, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

ORDEM DO DIA

1 .- Exame, discussão e aprovação do balanço geral, conta de lucros e perdas, relatório da Diretoria e parecer do Conselho Fis cal, referente ao exercício encerrado em 31/12/75.

2.- Re-ratificação da Assembleia Geral Ordinária em 28/ 04/76.

3.- Assuntos diversos de interesse geral.

AVISO

Acham-se a disposição dos senhores acionistas desta so ciedade, na sede social, os documentos a que se refere o artigo 99 do Decreto Lei nº 2.627, de 26.09.40, relativos ao exercício Social en cerrado em 31/12/75.

São José, 02 de Agosto de 1.976 .-

ALUSUD - ALUMÍNIO DO SUL S.A. Sociedade Anônima de Capital Autorisado C.G.C.MF. nº 82.998.600/0001-55 TUBARÃO - SANTA CATARINA

: Cr\$ 40.000.000,00 CAPITAL AUTORIZADO : Cr\$ 21.135.527,00 CAPITAL SUBSCRITO CAPITAL INTEGRALIZADO: Cr\$ 21.135.577,00

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINĀRIA

CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 23 de agosto de 1976, as 17:00 horas, na sede da sociedade, sita a BR 101, KM-343, Bairro de São Cristovão, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

1. Homologação de parte do capital social emitido em 12 de junho de 1976 pe la Diretoria, em Reunião Conjunta com o Conselho Fiscal, conforme demons trativo a seguir:

> 864.423 - (oitocentas e sessenta e quatro mil, quatrocentas e vinte e tres) ações ordinarias;

2.200.000 - (dois milhoes, duzentas mil) ações preferen ciais classe "A", sem direito a voto;

todas nominativas e/ou nominativas endossaveis, no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, ja subscritas e integralizadas em moe da corrente do País.

2. Ratificação dos contratos de financiamento e de Fiança firmados com Banco de Boston, Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - BESC, Banco Re gional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, Banco Real S.A. .

3. Outros assuntos de interesse da sociedade.

Tubarão (SC), 02 de agosto de 1976

ALUSUD - Alumínio do Sul S.A.

Adalberto Jose Ramos

Diretor

Antonio Paulo Brognoli

Diretor

EDITAL

Cumprindo o disposto no artigo 162 e seus parág fos do Rgimento Interno do Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, levamos ao conhecimento público que foi extraviada a teira Profissional de Médic 100 (Verde), de propriedade do DR. NILTON LINGER, inscrito neste Regional sob o nº 347.

od documento original extraviado perde o valor partir da presente data, sendo do mesmo emitido uma segunda via.

Florianopolis, 20 de julho de 1976.

associação de poupança e empréstimo de santa catarina

Was a charge

C.G.C.M.F. Nº 83.891.705/001 1ª CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convidados os Senhores Associados da Associa ção de Poupança e Empréstimo de Santa Catarina - APESC - para a Assembléia Geral Extraordinária, à realizar-se no 05 de Agosto de 1976 às 17:00 Horas, em sua sede social Rua Tenente Silveira nº 21 nesta Cidade, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 12) Distribuição de mais 0,5% de dividendos 808 Associados, relativo ao 1º Semestre de 1976
- 22) Distribuição de mais 1% de dividendos à serem distribuidos no 2º Semestre de 1976
- 3º) Assuntos de Interesse Social

Florianopolis, 27 de Julho de 1976

Associação de Poupanga e Empréstimo de Safta Catazina ARELDED DALTON JUSE ARAUJU Administrador Creat 7100-1

cionistes,

RADIO DIFUSORA ITAJAI

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

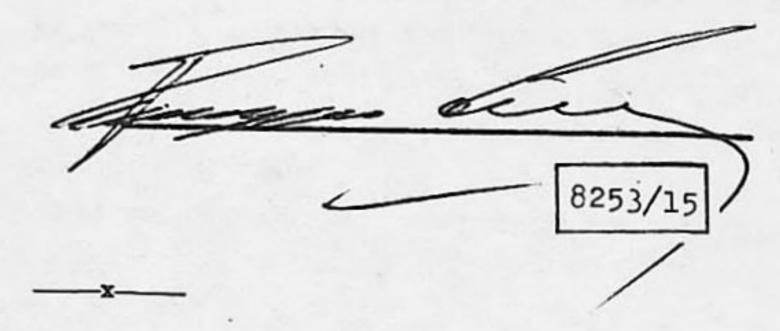
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Cenvidames es senheres acienistas da RADIO DIFUSORA ITAJAI S/A para se reunirem em Assembléia Geral Extraerdinária, ne dia 14 de ageste, às 9,00 (neve) heras em primeira convecação e as 15,00 (quinze heras) em segunda cenvecação, na sede secial da empresa, sita a Praça Vidal Ramos, Edificie Catarinense (cebertura), afim de serém discutidos es seguintes itens da

1º - Eleição da Neva Direteria para o preximo biênio.

2º - Assuntes de interesse secial.

Itajai, 28 de julho de 1976 . -



COMFLORESTA PLANALTO - EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS S/A

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente, são convidados os senhores acionistas da COMFLORESTA PLANALTO - EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS S/A, e se reunirem em Assembleia Geral Extraordinaria, às 10 horas do dia 16 de a gosto de 1976 em sua sede social à Rua Inácio Bastos na 1084 , na cidade / de Joinville, Estado de Santa Catarina, afim de deliberarem sobre a maté ria seguinte:

ORDEM DO DIA

1. Aumento de capital social autorizado de 3 10.000.000,00 (Dez milhões de cruzeiros) pare 😘 20.000.000,00 (Vinte milhões de cruzeiros) sendo:

Cr\$ 10.000,000,00 (Dez milhões de cruzeiros) em Ações Preferenciais Clas se "B".

- 2. Alteração do Artigo 7º dos Estatutos Sociais.
- 3. Outros assuntos de interesse da Sociedade.

Joinville,90, 28 de julho de 1976

LUIZ CARLOS WEINERT-Diretor Superintendente

COMFLORESTA LITORAL EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS S/A

EDITAL DE CONNOCAÇÃO

Pelo presente, são convidados os senhores acionistas da COMFLORESTA LITORAL - EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Extreordinária, às 8 horas do dia 16 de agosto de 1976 em sua sede social à Rua Inácio Bastos nº 1084 na cidade de Joinville, Estado de Sante Caterina afim de delibe rarem sobre a seguinte matéria do dia:

ORDEM DO DIA

1. Aumento do capital sociel autorizedo de 10.000.000,00 (Dez milhoes de cruzeiros)para no 20.000.000,00 (Vinte milhoes de cruzei ros) sendo:

0.8 10.000.000,00 (Dez milhões de cruzeiros) em Ações Preferenciais Classe "B".

- 2. Alteração do Artigo 7º dos Estatutos Sociais
- 3. Outros assuntos de interesse da sociedade.

Joinville, SC, 28 de julho de 1976.

LUIZ CARLOS MEINERY

Diretor Superintendente

7136-4

IOESC

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A.

ASSINATURAS

DIÁRIO OFICIAL

Particulares

300,00

Órgãos Públicos e Funcionários

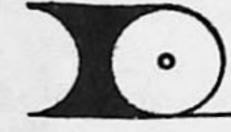
250,00

DIÁRIO DA JUSTIÇA

200,00

FUNDAÇÃO PROJETO RONDON

-opção jovem de resposta ao Brasil atual



IOESC IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A.

Rua Duque de Carias — Saco dos Limões Caixa Postal, 138 — Fones: 22-3079; 22-0699; 22-0556 Florianopolis - SC.

Diretor-Presidente

Diretor Administrativo

Diretor Industrial Diretor Financeiro - João Bayer Neto

- Laércio Ulier

- Flávio José Cardozo

- Onacli Luiz Fabrin

GOVERNAR É ENCURTAR DISTÂNCIAS